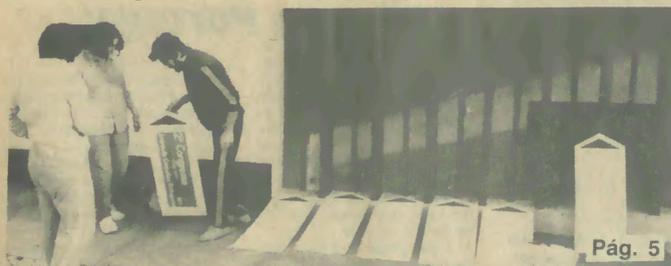


2 
congresso
juventude comunista portuguesa

com a força
da juventude
a certeza
do futuro

Lisboa - Pav. Sacavenense
15-16 Dezembro 1984

Ao longo das semanas e dos meses, o Congresso tem vindo a ser preparado através de um intenso debate. Mas nestes últimos dias outra importante tarefa se acrescentou: a preparação do recinto onde decorrerão os trabalhos, que incluem, domingo à tarde, em sessão aberta ao público, uma intervenção de Álvaro Cunhal.



Pág. 5

Sábado, às 14 e 30 h.
no Marquês de Pombal

MANIFESTAÇÃO

Por uma vida digna
Pelo trabalho
Pelas liberdades
Pela demissão do Governo!

Pág. 7

COM O PCP
PELO MINHO
POR ABRIL

Págs. 4/5



Suplemento



Instrumento
dos monopólios

Págs. 11/12

GOVERNOS
PASSAM
REFORMA
AGRÁRIA
FICA



Págs. 6/7



Câmara APU da Amadora
dynamiza debate de problemas

Págs. 8/9/10

ÁFRICA
DO
SUL

Págs. 13/14

Reportagem
sobre o
apartheid

Delegações em Portugal a convite do PCP

- PS Progressista Libanês
- Frente Democrática de Libertação da Palestina

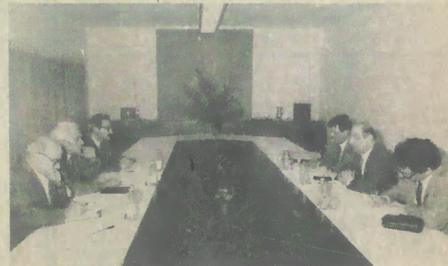
A convite do Comité Central do Partido Comunista Português encontra-se de visita a Portugal, uma delegação do Partido Socialista Progressista Libanês dirigida por Tarek Chehab, vice-presidente do Partido e integrada ainda por Walid Arbid e Khattar Abou Diab.

A delegação do PSPL teve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

Amanhã, às 21 e 30, no Sport Algés e Dafundo, realiza-se um comício de solidariedade com o povo do Líbano, em que usarão da palavra Álvaro Cunhal e Tarek Chehab.

Também a convite do PCP se encontra no nosso país uma delegação da Frente Democrática de Libertação da Palestina, composta por Saleh Raafat, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC e Jamil Hilal, membro do CC.

A delegação da FDLP manteve conversações com uma delegação composta por Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, e Domingos Lopes, suplente do CC. Na nossa próxima edição publicaremos os Comunicados Conjuntos divulgados no final destas visitas.



As delegações do Partido Socialista Progressista Libanês (em cima), e da Frente Democrática de Libertação da Palestina (em baixo), com as delegações do PCP no decorrer das conversações.



Comício amanhã
em Algés

SEMANA

5 Quarta-feira

Mário Soares faz uma «comunicação ao País» através da Rádio e Televisão onde se auto-elogia como Primeiro-Ministro e garante que não quer ser outra coisa na vida, assim o PSD o ajude; entretanto Mota Pinto afirma que entre o PS e PSD existem «questões em aberto que carecem de um acordo ainda não encontrado» ■ Continua a aumentar o número de vítimas mortais da fuga de gás tóxico na cidade indiana de Bophal ocorrida numa fábrica da multinacional norte-americana «Union Carbide Corporation» na passada segunda-feira, ascendendo já a pelo menos 1600 pessoas mortas ■ Situação tensa na Nova Caledónia, colónia francesa onde confrontos entre colonos brancos e a população natural deste território oceânico da Melanésia, que já provocou três mortos e quatro feridos entre os independentistas da comunidade kauka (naturais da ilha) ■ A Central Operária Boliviana desconvoca a greve geral que durante sete dias fez frente ao governo de Siles Suazo, após este ter prometido aumentos salariais e dado resposta a outras reivindicações ■ Quatro piratas do ar, que ontem desviaram um avião de passageiros koweitiano para Teerão, ameaçam fazer explodir o aparelho.

6 Quinta-feira

O presidente da Comissão Europeia, Gaston Thorn, declara aos jornalistas que já não acredita que Portugal e Espanha integrem a CEE em 1 de Janeiro de 1986, após mais um episódio burlesco em que os «Dez» reunidos em Dublin começaram por afirmar terem chegado a um «acordo do vinho» que logo a seguir se transformou em desacordo ■ Um dos dirigentes da ex-CNARPE afirma a Anop que esta já elegeu um secretariado nacional e deverá ultimar, na próxima semana, o programa e projecto organizativo de um novo partido ■ O presidente soviético Konstantin Tcherchenko avverte que «a militarização do espaço, se não for travada de modo seguro, anulará tudo quanto foi conseguido até agora em matéria de limitação de armamentos para outros domínios e aumentará consideravelmente a ameaça de guerra nuclear» ■ Segundo os médicos de Bophal, o número de mortos vítimas de fuga de gás de uma fábrica de pesticidas norte-americana nesta cidade indiana deverá ultrapassar os 2000 ■ O juiz italiano liberto Martella, responsável pelo processo do atentado contra João Paulo II cometido pelo terrorista turco Ali Agca, de infringir as próprias normas do código penal italiano ao prender cidadãos búlgaros sem nenhuma prova da sua culpabilidade e apenas na base do depoimento do criminoso e mentiroso Ali Agca.

7 Sexta-feira

Mais de meia centena de eleitos autárquicos do PS, incluindo o presidente da Câmara Municipal, apresentaram o pedido de demissão dos seus cargos, o que provocou para já a queda da Assembleia de Freguesia de Valbom, onde o PS detinha a maioria absoluta. Na base, um diferendo entre os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Gondomar a propósito dos convites oficiais feitos para uma visita do ministro da Administração Interna ■ A SIP do PCP, comentando a notícia sobre o pagamento de dívidas do jornal ultra-reaccionário «O Dia» (no montante de 300 000 contos) através da publicação de publicidade, afirma que ela confirma «a natureza intrinsecamente corrupta da política governamental» pois tal acordo, «além de constituir um acto altamente lesivo dos interesses da banca nacionalizada, só pode ser interpretado como uma manifestação de corrupto compadrio político» ■ Intensificam-se as manifestações diárias nos EUA contra a política de apoio da administração Reagan ao regime racista sul-africano ■ O secretário-geral do PCF, Georges Marchais, afirma que a chamada «política de austeridade» praticada pelo governo socialista oprime a França e os franceses.

8 Sábado

Termina uma visita ao nosso país a convite do CC do PCP uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, que regressou ao seu país após uma estadia de cerca de uma semana em Portugal ■ O congresso do partido ecologista da RFA «Os Verdes» aprova uma moção de compromisso que não institui qualquer decisão definitiva sobre o problema das alianças com os sociais-democratas ■ O Pentágono anuncia que a Marinha dos EUA lançou um novo submarino de ataque, o «USS Pittsburgh», primeiro submersível equipado para transportar mísseis cruzeiro ■ A organização terrorista basca ETA-Militar reivindica a atentado que ontem matou dois oficiais do exército espanhol e um civil num ataque a um comboio militar.

9 Domingo

Em entrevista à Rádio Renascença o Presidente da República, general Ramalho Eanes, garante que não promulgará qualquer lei de segurança interna que atente contra os direitos democráticos e a liberdade dos cidadãos, precisando que não aceitará a violação de correspondência e dos domicílios ou escutas telefónicas sem mandato judicial ■ O Movimento Ecologista Português «Os Verdes» anuncia que vai realizar a sua primeira Convenção Nacional a 27 de Janeiro próximo, em Lisboa ■ Três granadas de morteiro de 60 mm explodem no interior das instalações da NATO em Oeiras causando alguns estragos ligeiros ■ O atentado terrorista foi reivindicado pelas autodenominadas «F2-25» ■ Os piratas do avião koweitiano desviado para o aeroporto de Teerão são capturados por tropas especiais de assalto que se introduziram no aparelho desarmados de trabalhadores de limpeza.

10 Segunda-feira

Um alto funcionário norte-americano afirma em Washington que os EUA não estão dispostos a suportar os custos do alargamento da CEE a Espanha e a Portugal, alegando que têm de defender os seus interesses comerciais ■ Eleva-se a 22 o número de detidos por implicação no caso da rede de contrabando de tabaco de Setúbal, enquanto oito cidadãos são procurados pelas autoridades ■ Mais de um milhar de economistas participam desde hoje na 2.ª Conferência Nacional organizada pela sua associação (APEC), na qual está a ser debatida a «modernização da economia portuguesa» ■ O presidente da Tanzânia e da OUA, Julius Nyerere, classifica o Fundo Monetário Internacional (FMI) de agente do colonialismo.

11 Terça-feira

Para se manterem no Poder a todo o custo, Mário Soares e Mota Pinto assinam em nome dos seus partidos um acordo que prevê mais um pacote de medidas reaccionárias, entre os quais se incluem a Lei do Estado de Sítio, Serviços de Informação, a chamada Lei de «Segurança», Lei das Rendas e novos ataques às empresas públicas ■ Bancários socialistas do Norte exigem numa moção apresentada no decorrer do congresso do seu sindicato a imediata «inflexão da política económica» ■ Industriais da construção civil afirmam que para resolver o problema da habitação no País, seria necessário construir 700 mil habitações e recuperar 400 mil casas degradadas ■ Governo da Grécia classifica de «inaceitável ingerência», comentários do embaixador dos EUA sobre declarações do secretário-geral do Partido Comunista Grego ■ Embaixada do Irão, em Lisboa, afirma que o seu país está em guerra com os Estados Unidos ■ Representante do governo de Atenas admite em Estrasburgo o veto da Grécia à adesão de Portugal e Espanha à CEE.

Editorial

À OFENSIVA DA CONTRA-REVOLUÇÃO — A RESPOSTA DO POVO

O acidentado folhetim da crise interna da coligação PS/PSD deflagrada nos primeiros dias de Novembro e as suas peripécias até à renegociação do acordo governativo e parlamentar de Junho de 83, ultimada anteontem entre os dois comparsas da clique governante com um espalhafatoso cerimonial de grande acontecimento histórico, pode induzir em erro quem avalie a natureza e o sentido dos acontecimentos políticos pela simples leitura dos fenómenos de superfície.

As «cmeiras» de verdadeira baixa política entre o PS e o PSD e os conflitos e tensões internas dos dois partidos da coligação, que têm paralisado nos últimos dias a actividade governativa, independentemente da sua carga específica, não são em si mesmas toda a crise política — uma crise que o acordo de anteontem tenha permitido superar. São, sim, florações de uma crise global e profunda, insanaível no quadro da situação actual, que o Governo Soares/Mota Pinto conduziu a um ponto de quase ruptura e que se exprime agora em termos agudos no plano político.

A crise global, na sua expressão multifacetada, resulta do confronto com as realidades económicas, sociais, institucionais e políticas saídas da Revolução de Abril por forças que assumiram abertamente, a nível do Poder, a chefia do processo contra-revolucionário de autêntica subversão do regime democrático e de uma política governante que conduziu Portugal à beira do desastre e da ruptura do sistema financeiro.

O acordo agora renegociado é um pacto de tréguas transitórias entre associados num projecto antipopular e antinacional que não soluciona, antes agrava, e não reduz, antes multiplica, os factores de crise que subsistem.

O documento de 55 pontos, base do acordo renegociado entre os dois partidos do Governo e que recolhe e resume as celeradas 24 medidas do «último» do PS e as 68 do PSD, constitui agora uma acabada plataforma institucional, ilegal e subversiva, tendo em vista completar a contra-revolução a curto prazo.

O «acordo» de anteontem sela e sanciona em definitivo o completo bandejamento do PS e de Mário Soares com os objectivos mais sórdidos da reacção portuguesa e do imperialismo.

O comunicado da madrugada de ontem da Comissão Política do PS exaltando o acordo agora renegociado como um modelo de «socialismo democrático» mostra até onde resvalou o dessarrosamento ideológico e a tração ao 25 de Abril da corte soarista à frente do PS.

Este acordo configura e consubstancia a completa cedença dos dirigentes socialistas ao projecto da direita de liquidação do regime democrático e insere-se numa estratégia concertada das forças sociais e políticas mais retrógradas contra as transformações económicas e sociais e os direitos e liberdades dos cidadãos, conquistados pela Revolução de Abril.

Há uma evidente sincronia entre as exigências «estruturais» do PSD e as «anúncias» do PS e de Mário Soares que levaram ao «acordo» de anteontem e as exigências da CIP e da CAP formuladas no Congresso da Indústria e no encontro da organização de Casqueiro acabados de realizar.

Vários pontos e várias das 55 medidas calendarizadas no acordo PS/PSD prenunciam a intenção deliberada de intensificar a ofensiva global e violenta contra o

25 de Abril e a democracia.

Até Fevereiro o «acordo» prevê, entre outras medidas, a liquidação das empresas públicas consideradas inviáveis, a alienação das participações do Estado em empresas do sector público e nacionalizado, a definição de uma orientação global sobre a reestruturação do sector público e empresarial do Estado — medidas claramente apontadas para a liquidação das nacionalizações e a entrega das empresas públicas mais rentáveis ao capital privado.

Também até Fevereiro medidas para a definição de um novo Estado totalitário e policial com a aprovação da celerada Lei de Segurança Interna (esta até Março) e leis do estado de sítio e do estado de emergência.

Até Março previstas novas leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias locais claramente apontadas para a manipulação do processo eleitoral a favor das forças reaccionárias, para a redução da representatividade popular por meio da liquidação da regra democrática da proporcionalidade, para a exoneração por métodos administrativos e arbitrários das Câmaras e Juntas APU e outras que fujam ao controlo do Governo.

Até Maio, prosseguimento do processo de revisão das leis laborais, de promulgação de uma «lei de bases da política agrícola» (leia-se «lei de destruição da Reforma Agrária»), de nova lei do arrendamento rural e florestal, a continuação da celerada política de entrega de terras das UCPs Cooperativas (a operar durante todo o ano de 1985) a «agricultores».

Todas as medidas «estruturais» de carácter económico e financeiro, em que se incluem a reorganização do sistema bancário — de maneira a subordiná-lo inteiramente à política financeira do Governo e a prevenir novos «buracos» — orçamentais como os do ano em curso — todas as «reformas» jurídicas, visam a prossecução dos objectivos de restabelecimento a curto prazo do poder económico e do poder político dos monopólios aliados ao imperialismo e a enfraquecer e mesmo anular os mecanismos democráticos de fiscalização do Estado.

É fora de dúvida que este «abanão» no Executivo congeminado nos arraiais do capital financeiro e da reacção agrária tem uma estreita relação com as decisões da CIP e da CAP e as provocadoras ameaças dos seus dirigentes mais destacados contra o sistema democrático.

Ferraz da Costa, um dos patrões fascistas da CIP, veio declarar que do Congresso da Indústria realizado no último fim-de-semana no Porto, resultou «um movimento para impor aos políticos uma mudança de prática e de discurso».

Mário Soares não quer naturalmente outra coisa. O presidente da CIP ameaça com uma intervenção mais activa do grande patronato na vida nacional, mesmo até à «indicação do Presidente da República e do Governo», de modo a mostrar-lhes, caso não cumpram as ordens da CIP, «que serão penalizados nos actos eleitorais de 1985».

Por sua vez, Casqueiro ameaça também: «ou esta coligação realiza rapidamente um conjunto de medidas que conduza à alteração do actual sistema económico ou cairá inevitavelmente».

O documento em 15 pontos saído da última reunião da CAP exige «reformas de estrutura», o «pagamento das in-

demnizações» aos monopolistas e latifundiários expropriados e «medidas estruturais de apoio à agricultura» claramente apontadas contra a Reforma Agrária e a defesa dos interesses dos grandes proprietários.

É evidente que o acordo agora renegociado entre o PS e o PSD e certas medidas já encarradas e avançadas pelo Governo vão inteiramente ao encontro das exigências do grande capital, dos latifundiários, do imperialismo.

As «Grandes Opções do Plano» para 1985 e as outras «grandes opções» do conceito estratégico da defesa nacional, já apresentadas ao plenário da AR, por Mota Pinto, integram-se nos projectos restauracionistas e espoliadores da contra-revolução.

Um dos objectivos das GOPs é que «os salários reais não diminuam significativamente em 1985!» Não se pode ser mais cinico na enunciação de um dos propósitos mais odiosos da coligação governante.

A proposta do Governo para o «conceito estratégico da defesa nacional» integra-se plenamente na política de submissão de Portugal aos objectivos de agressão da NATO e do Pentágono.

É evidente também que os dois comparsas da coligação encontraram agora novas fórmulas de compromisso para ultrapassar as exigências reaccionárias de uma nova revisão da Constituição e para satisfazer as ambições de Soares à Presidência da República.

Mário Soares nas declarações produzidas na assinatura do acordo tenta dourar a pílula das vergonhosas cedências do PS.

É caricato ouvi-lo falar em «impulso renovado» e que ao País importa agora «mais que as palavras os actos»...

Soares não se coíbe mesmo de fazer afirmações antediluvianas sobre o «vazio político» que adviria se o seu Governo — como se espera e se impõe — vier a ser demitido. A tática do «depois de mim o dilúvio» só serve para amedrontar os timoratos.

Soares e Mota Pinto falam para se convencerem a si próprios de um «novo fôlego» e preparam-se para continuar tripudiando com as instituições e o País.

Mário Soares, Mota Pinto & C.ª não têm, porém, a palavra decisiva sobre a continuação da sua política de desastre e do seu Governo.

A resposta do povo torna-se cada vez mais terminante e decisiva para uma necessária iniciativa política e institucional.

De Norte a Sul o caudal do movimento de massas engrossa e alarga-se a novas classes e camadas sociais atingidas pela política governante.

As manifestações do dia 15 em Lisboa, Aveiro, Leiria, Montemor-o-Novo e Viseu constituíram seguramente uma grande afirmação da vontade popular de urgente demissão do Governo PS/PSD de Soares e Mota Pinto, de uma profunda viragem democrática na política nacional, de uma alternativa que responda à solução dos graves problemas que afectam o povo e trave urgentemente o caminho do desastre e da bancarrota e de alienação da nossa Independência nacional para onde a coligação governante empurra o País.

A ofensiva da contra-revolução é imperioso responder com a luta, a iniciativa e a unidade das forças democráticas, é imperiosa a resposta do povo.

Delegação do PCUS em Portugal

Esteve em Portugal a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, dirigido por Vassili Chaurou, membro suplente do Comité Central e responsável pelo Departamento da Cultura do CC do PCUS e que integrava Albert Roganov, secretário do Comité do PCUS da cidade de Moscovo, Nikolai Kovalski e Vitor Nrasnikh, de Departamento do CC do PCUS.

A delegação do PCUS foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado, Aurélio Santos, membro do CC e responsável pela Secção de Informação e Propaganda e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

Nos vários contactos realizados em Lisboa, e no encontro

com a Direcção da Organização Regional de Setúbal, no Barreiro, houve troca de informações sobre a actividade dos dois partidos no domínio da cultura e publicações partidárias.

Dirigente do PCP na Hungria e Bulgária

Em visita de trabalho deslocou-se recentemente à Bulgária e à Hungria, respectivamente a convite do Partido Comunista Búlgaro e do Partido Operário Socialista Húngaro, o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e Responsável da Secção Internacional.

Na Bulgária o camarada Albano Nunes encontrou-se com Constantin Alanassov, 1.º Che-

fe Adjunto do Departamento de Relações Internacionais do CC do PCB e visitou o distrito de Plovdiv. Na Hungria foi recebido por Mátýás Sáros, Secretário do CC do POSH e encontrou-se com os camaradas Gyula Horn, Chefe da Secção Internacional do CC do POSH e László Kovács, Sub-Chefe da mesma Secção.

Nos encontros realizados foram trocadas informações so-

bre a situação nos respectivos países e a actividade dos respectivos partidos, assim como sobre questões da actualidade da situação internacional e examinadas questões de cooperação.

Estas visitas tiveram lugar no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o POSH e entre o PCP e o PCB.

A Revista Internacional analisa o seu trabalho

De 4 a 6 de Dezembro do ano corrente foi examinado, em Praga, o trabalho da Revista Internacional, publicação dos Partidos Comunistas e Operários. Nessa reunião participaram delegações de 91 partidos: PPD do Afeganistão, PSU da Alemanha (RDA), DKP, MPLA-PT, PC da Arábia Saudita, Partido da Vanguarda Socialista da Argélia, PC Argentina, PS da Austrália, PC da Áustria, FLN do Bahrein, PC de Bangladesh, PC da Bélgica, PRP do Benin, PSU de Berlim Ocidental, PC da Bolívia, PC Brasileiro, PC Búlgaro, PC do Canadá, PC da Colômbia, P. Congolês do Trabalho, P. do Trabalho da Coreia, P. da Vanguarda Popular da Costa Rica, PC de Cuba, PC da Checoslo-

váquia, PC do Chile, AKEL (Chipre), PC da Dinamarca, PC Dominicano, PC do Equador, PC do Egipto, PC de Espanha, PC dos EUA, P. Operário da Etiópia, PC das Filipinas, PC da Finlândia, PC da Grã-Bretanha, PC da Grécia, PC Guadalupense, P. Guatemalteco do Trabalho, P. Progressistas Popular da Guiana, Partido Unificado dos Comunistas Haitianos, PC das Honduras, P. Operário Socialista Húngaro, PC da Índia, PC Indonésia, P. Popular do Irão, PC Iraquiano, PC da Irlanda, PC de Israel, PC Italiano, P. Operário da Jamaica, PC do Japão, PC Jordano, PRP do Kampuchea, PC Libanês, PC Luxemburguês, P. Congresso da Independência de Madagáscar, PC de Malta,

P.P.S. de Marrocos, PC Martingues, PSU México, PRP Mongol, PC do Nepal, PC da Noruega, P. da Unidade Socialista da Nova-Zelândia, PC do Paquistão, PC Palestino, P. do Povo do Panamá, PC Paraguai, PC Peruano, POU Polaco, PC Português, PC Romeno, PC de El Salvador, PC de São Marinho, P. da Independência e do Trabalho do Senegal, PC Sírio, PC do Sri Lanka, PC Sul-Africano, PC Sudanes, P. da Eslovénia — Os Comunistas da Suécia, P. Sulço do Trabalho, PC Tunísio, PC da Turquia, PCUS, PC do Uruguai, PC da Venezuela, PC do Vietname, P. Socialista Yemita e outros dois partidos cujos nomes não se mencionaram a seu pedido. Foi submetido à consideração da reunião o Informe do Congresso e do Conselho de Redacção sobre a actividade da Revista Internacional no período compreendido entre Novembro de 1981 e Novembro de 1984.

Os participantes analisaram a actividade da Revista Internacional e fizeram observações e propostas concretas tendentes

a melhorar a sua publicação colectiva. Prestou-se particular atenção aos problemas do fortalecimento da paz e da segurança dos povos, à luta contra a política agressiva do imperialismo e à divulgação da experiência multifacetada da luta dos comunistas.

Os representantes dos partidos irmãos recomendaram ao Colégio, e ao Conselho de Redacção que tomassem em consideração as sugestões emitidas, para que o colectivo internacional da Revista trabalhasse constantemente num espírito de igualdade, cooperação e respeito pelos interesses de cada partido, contribuindo para a difusão e a afirmação dos ideais da paz, da Libertação Nacional e dos Socialismo e para o reforço da coesão e da solidariedade de todas as forças progressistas.

Os debates decorreram num ambiente de franqueza e camaradagem.

O PCP esteve representado nesta Conferência por Carlos Abóim Inglês, membro do CC e Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP.

Passagem de ano no Pinhal Novo

Em muitas organizações do Partido começam já a preparar-se festas de passagem de ano. É o caso da organização local de Pinhal Novo que fez chegar à nossa redacção um convite dirigido a todos os camaradas e amigos da região para que desde já marquem na sua agenda, para o próximo dia 31, como local de encontro, o Centro de Trabalho do PCP. Garantem que o ambiente será de grande fraternidade onde não faltará o convívio e a alegria.

Esteiros Soeiro Pereira Gomes

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

(edição ilustrada)

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira. SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel: 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa Tel 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda 57B - 4000 Porto Tel 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel 90044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos 6-B - 1100 Lisboa Tel 776936 776750 **Porto** - Rua do Almada, 19-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem média do mês de Novembro: 39 507 ex.

LIVROS Avante!
a Melhor Oferta

Obras escolhidas de Marx / Engels
Obras escolhidas de Lenine
Biografia de Marx
60 anos de luta
Barranco de Cegos

edições Avante!

Assembleia da República

Maioria PS/PSD aumentou-«se»!

«Através de uma operação combinada do Governo e dos dois partidos governamentais foram apresentados um magro projecto de alterações ao Estatuto dos Deputados e uma gorda Proposta de Lei sobre as remunerações e subvenções dos titulares dos cargos políticos», afirmou Carlos Brito na intervenção de que publicamos hoje extractos. O presidente do grupo parlamentar comunista resumia desse modo a ocupação dos deputados nos dois últimos dias da semana passada. Mais do que o Estatuto dos Deputados, o que a maioria quis foi falar de dinheiro...



Assim, a partir de sexta-feira a proposta de aumentos de que se falou tanto, acabou por ser aprovada. Pelo PS, pelo PSD e pela ASDI, com, ainda, o voto de Beiroco, do CDS. Votaram contra, o PCP, o MDP, o CDS e o deputado de «Os Verdes». A UEDS absteve-se, enigmáticamente.

Sem ser novidade, foi no entanto curiosa a forma como os deputados da maioria apoiaram a proposta do Governo que Almeida Santos descaradamente defendeu, falando o ministro das «carências» dos deputados que assim vão deixar de «recorrer à família» para continuar a poderem viver.

Capucho, do PSD, considerou «aviltante» a actual situação do deputado. E descobriu algum jogo — que os seus parceiros do PSD alardeiam já pelos jornais —, insinuando que estes aumentos, fazem, por outro lado, parte de uma estratégia. É que não faltará que, a pretexto de que o Estado despende muito dinheiro com os deputados, se procure reduzir o seu número — e não os proventos —, atirando às urtigas o método proporcional de Hondt, reduzindo a representatividade da Assembleia e a ligação desta com o país e a sua realidade.

Não convinha, no entanto, à maioria, falar muito da desvergonha que são estes aumentos. Capucho foi a única voz —

secundada embora por Vilhena de Carvalho, da ASDI. Do Governo, falou Almeida Santos, com débil e negro humor.

Joaquim Miranda, do PCP, que lembrou «a profunda crise económica e social que o país atravessa», afirmou que não é de estranhar que cresça, por não serem adoptadas medidas que a combatam, o isolamento das instituições. E apontou o facto de se pretender discutir o aumento dos deputados quando, por exemplo, se não discutiu ainda o Orçamento para 1985!

«Não vos choca», perguntou o deputado comunista, «que ao mesmo tempo que discutimos estes aumentos principescos, existam lá fora largas centenas de milhar de trabalhadores no desemprego ou com contratos a prazo e mais de 100 mil trabalhadores com salários em atraso?»

De facto nada disto choca a maioria e o Governo...

Na véspera, Carlos Brito, em intervenção no período de antes da Ordem do Dia, durante a qual falou sobre problemas da região algarvia, já havia criticado a ausência da discussão do Orçamento do Estado, enquanto a coligação «tem estado a fazer o exame de consciência»...

«Demorado tem sido ele», disse Carlos Brito, «pois já se arrasta desde meados do mês passado, o que prova os gran-

des pecados que pesam na consciência da coligação.

«O Governo, esse deve estar em retiro pois deixou de cumprir obrigações constitucionais e legais indistiguíveis.

«Assistimos a esta coisa paradoxal que é o Governo e a coligação se entreterem a congeminar calendários que lhe são impostos pela Constituição e a lei, como os que se referem à apresentação e aprovação do Orçamento do Estado.

«O ano de 1985 vai iniciar-se, assim, com duodécimos o que é um vivo testemunho da estabilidade governativa que o Primeiro-Ministro apregoa.

«Ficámos a saber que o Primeiro-Ministro é só Primeiro-Ministro. Não se percebe por isso porque é que ficou tão zangado com as declarações de oposição das distritais do PSD contra o candidato presidencial Mário Soares, que pelos vistos não é. Nem tão pouco se percebe porque se apresta a pagar um preço tão alto para calar os recalitrantes assumindo como suas e do seu partido as reclamações mais descabeladas do PSD, em muitos pontos verdadeiro caderno reivindicativo do grande capital e da direita — desde a liberalização das rendas à revisão da legislação laboral passando pela Lei de Segurança Interna.»

Carlos Brito: Aumentos dos deputados, mais um passo para o fim da coligação

O camarada Carlos Brito, encerrando os debates por parte do PCP, sobre o estatuto dos deputados e aumentos de vencimentos dos mesmos, proferiu uma intervenção que transcrevemos:

(...)

A coligação escolheu centrar o debate sobre a alteração ao Estatuto dos Deputados na questão do aumento de vencimentos a fê-lo de maneira escandalosa. A Proposta de Lei prevendo aumentos para os deputados da ordem dos 53%, que com o previsto aumento da Função Pública, faria subir os vencimentos dos deputados de 59 para cerca de 110 contos e que consolidava os altos vencimentos (para o nosso meio), dos membros do Governo provocou como não podia deixar de ser uma onda de indignação no país. Numa das sessões do seu exame de consciência, como ontem nos foi contado, a coligação governamental decidiu emendar parcialmente à e reduzir a dimensão do aumento suprimindo as despesas de representação para a maior parte dos deputados. De nada valeu, o sentido é o mesmo o essencial mantém-se o escândalo está lançado e atinge a Assembleia e as instituições democráticas.

Era difícil encontrar um momento mais desastroso para esta operação. No plano económico o país regrediu abertamente. Está à beira da ruptura no domínio financeiro. Os buracos revelados no Orçamento retiram crédito às contas do Estado para mais com o atraso em que, por culpa exclusiva do Governo se encontra o Orçamento para 1985, o que obrigará que o próximo ano se inicie com duodécimos. A situação social torna-se insuportável, os salários diminuem, (menos 13% no ano corrente) os preços sobem todos os dias, com draconianos cortes de ver-

bas, degradam-se os serviços de saúde, de ensino, da segurança social e habitação e dos transportes.

O Governo está paralisado pelas discórdias que corrompem a coligação onde a barreira das recriminações e ataques recíprocos foi reacendida pela acção do Primeiro-Ministro. As instituições estão impedidas de funcionar regular e normalmente por acção e inacção da coligação.

É neste quadro que o Ministro de Estado que informa ganhar 130 contos por mês aparece a dizer que só terá um aumento de 3 contos (é claro que aumentará muito mais logo que forem decretados os aumentos da Função Pública). Mas lembrou-se ele de que pouco mais do que isso são as pensões de milhares de portugueses idosos? Lembram-se que muitos outros milhares de reformados tiveram agora aumentos de 700 escudos ficando a ganhar 4700\$00, e só voltarão a ser aumentados, na melhor das hipóteses, daqui por um ano? Lembrou-se ele que o salário mínimo nacional está entre nós abaixo do mínimo vital? Lembrou-se dos salários em atraso e dos cerca de 600 mil desempregados, grande parte dos quais não recebem subsídio de desemprego?!

Percebe-se porque é que os defensores da Proposta gritam «demagogia» quando se invoca a realidade social e económica do país. É que a realização do país é um argumento irresponsível e a demonstração cabal da insensatez da proposta do Governo.

Verdadeiramente demagógi-

ca é a postura com que aqui nos apareceu o Ministro Almeida Santos ao proclamar que os aumentos dos vencimentos dos Deputados e de outros titulares de cargos políticos são um motivo para a robustez das instituições democráticas e um factor de progresso e desenvolvimento do país.

Ao ouvi-lo dir-se-ia que o Governo tinha finalmente descoberto a via para a saída da crise e que esta seria aumentar os vencimentos dos deputados e dos outros titulares de cargos políticos e aumentar os sacrifícios da restante população, com a carga fiscal, o aumento dos preços e das taxas de juro e as quebras salariais.

É tão inoportuna a iniciativa da coligação, é uma tão flagrante injustiça social e cobre-se com argumentos tão absurdos que é difícil admitir que para além das vantagens pecuniárias não sejam determinantes outras razões de natureza política.

Pretende o Governo descarregar uma parte do descrédito que o atinge e que atinge a coligação sobre a Assembleia da República? Como aliás já tem feito noutras circunstâncias e se prepara para fazer com o Orçamento do Estado? A imagem do Rei de Tunes de Eça de Queiroz aqui invocada ontem, não será também largamente usada pelo Governo?

Ou será que o Governo e os estados-maiores da coligação contam com os aumentos como uma forma de aplacar descontentamentos e insatisfações políticas que se manifestam nos Grupos Parlamentares da coligação?

Ou será que se quer criar o clima propício a uma drástica redução do número de Deputados, constituindo uma câmara pequena, onde o princípio da

proporcionalidade deixe de funcionar, bem paga, domesticada?

O debate respondeu pela afirmativa a estas interrogações muitas vezes expressamente pela palavra dos oradores da coligação, como aconteceu com o senhor deputado Capucho em relação à última.

Sejam quais forem, porém, os objectivos do Governo e dos estados-maiores da coligação, o resultado prático destes aumentos, se vingassem, eram o distanciamento crescente da Assembleia em relação ao país real, o seu descrédito progressivo e o seu isolamento inevitável em face das camadas populares. Os que querem colocar o poder e as instituições ao serviço do grande capital e dos poderosos, desejam e aplaudirão essa evolução, mas nós, e pensamos que alguns dos Senhores Deputados, não estamos interessados nisso e opono-nos firmemente a que isso aconteça.

Por isso nos permitimos dizer que a Assembleia da República não deve ir atrás do canto da serena do Senhor Ministro Almeida Santos. O mar de indignação popular em face destes aumentos agita-se em vagas atherosas carregadas de justiça.

Saliente-se que a relação aqui apresentada pelo Senhor Ministro entre os novos vencimentos dos deputados, mesmo que estes fiquem em 80 contos, e o salário mínimo nacional não é verdadeiro. Os 80 contos com as isenções fiscais de que os deputados beneficiam equivalem a 115 contos e portanto os novos vencimentos dos deputados correspondem a 7,1 vezes o salário mínimo nacional e não 4,5 vezes como o Dr. Almeida Santos pretendeu fazer crer.

Não se iludam aqueles que contiam reduzir o impacto negativo destes escandalosos e imorais aumentos com o cordão de silêncio que o Governo e a coligação fazem reinar em torno dos trabalhos da Assembleia, que já funcionou durante a interpelação sobre a política de ensino e que está a funcionar em torno do presente debate. Por forte que seja a censura que o Governo consiga impor na comunicação social estatizada, o país saberá.

Não temos nenhuma dúvida que se se fizer aprovar esta lei de altas remunerações e subvenções para os Ministros e Deputados a coligação dará um passo, um passo largo, para o seu fim.

Trata-se de um acto de escandalosa injustiça da parte de uma Assembleia que ainda não foi capaz de adoptar as necessárias medidas de justiça para os que se debatem com os maiores sofrimentos materiais e morais, como os reformados e pensionistas, os trabalhadores com salários em atraso e a legião de desempregados.

Trata-se de uma iniciativa atentatória da imagem e do prestígio da Assembleia da República e das instituições democráticas.

Por tudo isto, os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP estão em aberta oposição a todas as iniciativas que visem neste momento aumentar os vencimentos dos Deputados e outros titulares de cargos políticos e votarão contra todos os projectos que pretendem de uma maneira ou outra viabilizá-los.

O tempo mostrará que esta é a justa atitude dos Deputados da República que é a atitude que corresponde à melhor forma de salvaguardar o regime democrático!

Ainda a interpelação

«A oposição que este Governo merece é global», afirmou Zita Seabra, encerrando os debates da interpelação ao Governo sobre política de ensino, que o PCP levou a efeito na Assembleia da República. «O ministro da Educação é um exemplo particularmente ilustrativo do que é o Governo do PS e do PSD e dos caminhos para onde leva o País.»

Se a interpelação demonstrou o que vale o Governo — e não só no campo do ensino, como a deputada sublinhou na sua intervenção — também demonstrou o que vale a coligação. Com efeito, na manhã do segundo e último dia dos debates, enquanto Mário Soares gravava a sua mensagem ao País procurando dar à imagem da serenidade preocupada, os deputados da maioria agatavam-se a propósito da política do ministro do PSD, um Seabra que de novo trouxe a claque, agora aumentada na galeria das personalidades.

Tentando fazer orelhas moucas às questões levantadas

pelo PCP e aos exemplos que estes levaram ao plenário da degradação extrema do sistema educativo em Portugal (ver Suplemento desta edição), os parlamentares da maioria não tiveram meios para defender a política de Seabra. E da bancada do Governo foram mais as desculpas que as justificações, houve mais conversa que resposta.

A estratégia do PSD foi a mesma que Mário Soares gosta de usar, desde há nove anos, para as questões da economia. Lemos Damião, um social-democrata que já teve melhores dias, embora conce-

desse ser «evidente que o sistema educativo português se aproxima de uma situação de ruptura», pretendeu demonstrar que o culpado de tal situação é... o PCP!, a quem conviria mesmo tal situação para «fazer flores»!

Este deputado, que começara de resto por referir que a interpelação ao Governo se «insere numa estratégia» que «nada tem a ver com a Educação», foi «brilhantemente secundado» por Marília Raimundo, sua colega de bancada, que invocou o «gonçalvismo» para «explicar» os males de que sofre Portugal. Uma voz da bancada comunista pergunta-lhe se não era melhor recuar até Viriato. Resposta da ilustre deputada: «Já lá vamos!».

Mas o ridículo não conseguiu encobrir o fel das intervenções do PSD, tal como o

facto de não falar senão do passado não encobre o facto de lhe ser desagradável falar do presente. Para Marília Raimundo, «o PCP sopra a revolta» e devia «sentar-se no banco dos réus»...

Para a juventude «socialista» e «social-democrata», a política de Seabra é má, nem em ministro alternativo. Mas as críticas não se traduzem em política alternativa. O deputado Dinis Alves, do PS, depois de criticar o ministro, foi questionado por Zita Seabra no sentido de saber se estaria disposto a «recomendar» a demissão do ministro. «Não tenho tempo para responder», retorquiu o deputado da JS. Por seu lado, Carlos Coelho, da JSD — a falar com tempo cedido pela

UEDS e pela ASDI — também não se quis comprometer a sério, acabando por «dar um pra-

zo» ao ministro que considera digno de respeito «como intelectual».

Os deputados da maioria não devem levar muito a sério as palavras das suas juventudes. Pois foi com uma intervenção da deputada Helena Valente Rosa, ex-secretária de Estado do ministro Seabra, que as bancadas do PSD se incmodaram. A deputada do PCP, distanciando-se da «visão idílica» do ministro, arremessou-lhe um grosso punhado de questões embaraçosas e de críticas. A ponto que José Vitorino, do PSD, perguntou à «dileção» das bancadas dos seus parceiros socialistas se era esta a solidariedade de que falavam, sublinhando, em vésperas de novo acordo Soares/Pinto, que a «solidariedade não se anuncia, pratica-se»...

A falta de prática teria mes-

mo levado o ministro a pretender apresentar a sua demissão. Salvou-o a titubeante intervenção de Almeida Santos e a declaração final do socialista Lácio.

A demonstração

Coubes naturalmente aos deputados do PCP — que apresentaram mais de três centenas de requerimentos ao Governo no final dos debates! —, traçar o quadro da política seguida pelo ministério, criticá-lo, interrogá-lo, mesmo ficando sem respostas cabais. As intervenções dos comunistas constituíram uma demonstração exaustiva da degradação do sistema de ensino e das responsabilidades governamentais nesse capítulo. No segundo dia dos debates, entrevistaram Jorge Patrício e Manuel Fernandes, o primeiro centrando a sua inter-

venção sobre a situação dos jovens trabalhadores-estudantes, o segundo sobre a situação dos deficientes e do ensino especial.

Afirmando que o Governo nada fez para «garantir e promover o acesso dos trabalhadores ao ensino», Jorge Patrício perguntou: «Foram abertas mais escolas à noite? Foram criados mais cursos nocturnos no ensino superior que possibilitem mais vasta possibilidade de opção?» O deputado responderia, sem aguardar que o Governo o fizesse — que não fez... —, acusando o executivo de não apoiar de nenhuma forma os trabalhadores estudantes.

Por seu lado, Manuel Fernandes acusou também o Ministério de nada ter feito para concretizar o objectivo constitucional que é o de «promover e

apoiar o ensino especial para deficientes». E apontou os factos de continuar por regulamentar a lei sobre a Educação e ensino especial, de não se promoverem os cuidados primários de saúde nem o levantamento das deficiências nas primeiras idades, de continuar por definir uma política global que projecte a educação dos deficientes com vista à sua integração na vida activa, de não serem cumpridos os prazos de entrega de subsídios às CERCI's, provocando o seu estrangulamento económico.

Ao encerrar o debate com a intervenção de que publicamos extractos, Zita Seabra, sublinhando que fora amplamente demonstrado onde a política do Governo tem conduzido, concluiu: «Para nós, comunistas, é chegado o momento de dizer basta!».

Zita Seabra: «O ensino é para quem o puder pagar»!

Encerrando a interpelação do PCP ao Governo sobre política de Ensino, a deputada Zita Seabra pronunciou na Assembleia uma intervenção da qual publicamos hoje significativos extractos.

(...) Neste ano e meio o sistema de ensino degradou-se mais ainda perante a irresponsabilidade dum ministro que tem da interpelação a ideia de um somatório de vacuidades e da governação, a ideia de um somatório de inaugurações.

Ele aparece a todas, não perde uma e não só de escolhas, de estatutos, de homenagens póstumas e futuras, mas de estradas, de lances de estradas, de cidades, de tudo o que for inaugurável. Quando se trata de escolas, ou de pavilhões pré-fabricados o Ministério envia mesmo um ofício sobre as letras a dourado e mais dizeres que devem conter as placas (pagas pela escola). E discursa, discursa mesmo, sobretudo, e como os órgãos de comunicação social podem não estar todos lá, o Ministério envia todos os discursos por telex para todas as redacções. E então descobrimos escolas inauguradas duas vezes com um ano de diferença, vários ministros para inaugurar uma mesma escola ou escolas inauguradas e que não funcionam como a de Carrazeda de Ansiães.

A outra fobia ministerial é a formação de grupos de trabalho. Grupos de trabalho para tudo. Para o ensino artístico, para os institutos de serviço social (ISSS), para o Instituto de Alfabetização, para a abertura do ano lectivo, para a orientação escolar, para o ensino especial, para o Estatuto da

Carreira Docente do Superior, para o Estatuto dos Educadores de Infância, para o Estatuto dos professores do ensino básico, para a reinserção das línguas e cultura clássicas, para a reorganização de serviços do ensino especial, para a reconversão da Academia de Música de Setúbal, para a Lei Quadro dos Estádios Universitários, para o enquadramento dos IS-CAS, etc., etc. (a enumeração fica incompleta e a confusão é tal que há mesmo despachos criando grupos de trabalho coordenadores de grupos de trabalho anteriormente constituídos). Que fizeram? A que conclusões chegaram? O que já resolveram? Quanto custam? Ninguém sabe. Mas aí fica a sugestão. Um grupo de trabalho que averigue o que fizeram as muitas dezenas (mais de 30 contamos nós) de grupos de trabalho criados na 5 de Outubro. (...)

A situação caótica que vivemos resulta em primeiro lugar do facto deste sector não ser considerado uma prioridade orçamental. De ano para ano reduzem-se em termos reais os gastos com a educação. As verbas previstas no Orçamento do Estado, os investimentos no sector, nomeadamente nas construções escolares. Isto significa, srs. deputados, que está a ser hipotecado o futuro do País numa perspectiva de desenvolvimento e até de bem-estar cultural (só Salazar considera-

ria um bem inestimável a ignorância e disse-o). Mas a redução das despesas reais com a educação acarreta e arrasta novas despesas. A criança que vive a quilómetros da escola, que está armazenada num edifício, que não tem cantina onde comer, está condenada ao insucesso escolar, a arrastar-se anos para conseguir cumprir (se não desistir antes) a escolaridade obrigatória. Face a isto o Governo reduz ainda mais as verbas com a educação (em vez de as aumentar). (...)

(...) A política do Governo em vez de assegurar a igualdade de oportunidades e de êxito escolar — sublinho êxito escolar — como estabelece a Constituição, faz o inverso. E a Constituição diz mais: «O ensino deve ser modificado de modo a superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas, sociais e culturais».

A política seguida é o inverso disso: exclui, selecciona, afasta do sistema as crianças e jovens oriundos das classes e camadas trabalhadoras. Diga o ministro, se é capaz, uma única medida tomada inserida na perspectiva de democratização da educação. Os trabalhadores-estudantes não existem, não existem oficialmente. Nem contam para as verbas distribuídas às escolas (que as recebem em função dos estudantes diurnos). As escolas não têm cantinas a funcionar à noite. «Comemos sandes» — explicam-nos os trabalhadores-estudantes que chegam às 18 horas e partem à meia-noite. Estudam por livros de meninos pequenos, têm os mesmos

programas e menos horas lectivas, não têm quotas de entrada na Universidade, por exemplo, e nunca conseguem a nota para concorrer aos «numerus clausus» com os do ensino diurno. Não têm material pedagógico de apoio. Têm no fundo e apenas uma enorme força de vontade para nesta situação ainda persistirem!

Na lógica inconstitucional e antipopular do Governo «o ensino é para quem o puder pagar», e tudo começa logo no infantil.

A interpelação do PCP trouxe para o Plenário da Assembleia da República esse escândalo que é a existência de mil jardins-escola construídos e equipados que aguardam há um ano a assinatura de uma Portaria de colocação de educadores que estão entretanto no desemprego. O ministro Seabra não só não se indigna pelo facto do ministro das Finanças não assinar a Portaria, como até faz logo teoria, proclamando a vantagem de as mães ficarem ocupadas com os filhos, que há muito desemprego feminino.

A acção social escolar está reduzida a uma insignificância. No ensino obrigatório, foi transferida, juntamente com os transportes, para as autarquias, sem os devidos meios e com resultados gravíssimos. Basta referir que milhares de crianças ficaram sem nenhum transporte porque a escola que serve a sua aldeia está no concelho vizinho do local de residência, nenhum dos municípios assumindo o encargo!

Num distrito como o de Setúbal, com os problemas sociais



O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR mais de três centenas de requerimentos ao Governo durante a interpelação sobre política educativa, questionando sobre as graves situações que se vivem no país. E levou fotografias, a demonstrar o que se passa. Por exemplo esta, que mostra não terem sido construídos os pré-fabricados prometidos para a Escola Secundária da Cova da Piedade, o que obriga 600 alunos a ter metade das aulas!

resultantes onde avultam 30 mil desempregados e mais de 25 mil trabalhadores com salários em atraso, o Governo atribuiu para todo o ensino primário do distrito, para uma população de 50 mil alunos a ínfima dotação de 660 contos para refeitórios e 1100 contos para auxílios económicos directos.

Na distribuição por concelho feita pelo Governo atribuíu-se 4000\$00 para as duas mil crianças do concelho de Seixal, 77 contos para 7 mil crianças do concelho do Barreiro, cada uma das 8 mil crianças do concelho de Setúbal terá direito a uma verba mensal inferior a 5\$00!

Mas há pior, srs. deputados. Uma circular dos serviços do IASE proíbe expressamente o apoio social às crianças filhas de trabalhadores com salários em atraso por ser considerado fenómeno muito complexo.

Há um ano, o ministro, chamado à Assembleia para discutir com os deputados o aumen-

Escândalos

Mota Pinto foi à Assembleia da República defender umas grandes opções governamentais sobre o conceito estratégico da Defesa Nacional, que o plenário começou a debater anteontem. A maneira esgançada como o vice-primeiro-ministro apresentou as tais opções compreende-se perfeitamente, pois Mota Pinto acabara de arancar ao PS, através da assinatura do acordo da coligação, mais uma série de cedências. Mário Soares assina tudo o que lhe puserem à frente desde que lhe não entrarem completamente a corrida para Belém. O que se compreende menos são mesmo as opções, as quais pretendem ser dos portugueses, quando afinal parecem de apenas uns poucos e de alguns estrangeiros, nomeadamente de quem manda na NATO.

Sobre as opções voltaremos para a semana. O que de mais importante se passou, entretanto, na passada terça-feira, ocorreu no período de antes da Ordem do Dia, nomeadamente com duas intervenções do PCP. Sobre dois escândalos, já que falaram do que os políticos de direita fazem.

«Colossal escândalo», foi como o deputado José Magalhães classificou a aceitação, por parte de João Jardim do Governo Regional da Madeira de um «protocolo secreto», falado na imprensa, que definiria as «grandes linhas que devem presidir à elaboração e execução do orçamento regional, fixa o limite do respectivo défice, sujeita a visto prévio do Ministro das Finanças da República os programas de investimento da região e «autoriza» o congelamento das transferências do orçamento do Estado para a Madeira por mera decisão ministerial». A confirmar-se tal protocolo, assinado secretamente por João Jardim e por Ermãni Lopes, tal constitui, no dizer de José Magalhães, a verdadeira aceitação em suspender a autonomia, «rasgando a Constituição que assegura os direitos das regiões em matéria financeira».

Outro escândalo foi o que trouxe o deputado Gingão, do PCP, que falou sobre a política agrícola do Governo e sobre os seus resultados desastrosos. «O que faltou em vontade política», disse Custódio Gingão, «em competência, em capacidade de gestão dos meios disponíveis para executar uma política de desenvolvimento do sector agrícola, foi ultrapassado em arbitrio, ilegalidades e imoralidades no que respeita à Reforma Agrária.»

PCP

MINHO 1.ª Assembleia da Organização Regional

Os comunistas minhotos estão preparados para as próximas lutas

Os comunistas do Minho concretizaram no passado fim-de-semana aquilo que, se há dez anos poderíamos dizer um sonho, hoje foi o reflexo do crescimento e amadurecimento político da organização regional. Em 1979 a direcção do Partido decidiu a criação de três Direcções Regionais no Norte, entre as quais a do Minho. Cinco anos depois um grande desenvolvimento da organização dos comunistas na região determinou a realização da sua 1.ª Assembleia, que durante dois dias reuniu mais de 400 delegados das várias organizações dos distritos de Braga e Viana do Castelo. Do agricultor de Monção ao operário têxtil de Braga ou ao operário dos Estaleiros Navais de Viana, todos participaram de forma entusiástica na discussão do projecto de resolução política, apontando as orientações fundamentais do trabalho do Partido no Minho, no plano do reforço orgânico e no do reforço da sua influência de massas e elegendo pela primeira vez a sua Direcção Regional.

Um debate vivo

Realizar uma Assembleia do Partido numa região como o Minho, traz dificuldades dificilmente imagináveis para os que desenvolvem a sua actividade em centros urbanos.

Vir à Assembleia significou para muitos camaradas uma deslocação de muitas dezenas de quilómetros, apanhando várias camionetas, esperando muito tempo pelas ligações.

Por outro lado, a população activa industrial da região concentra-se em 6 dos 24 concelhos do Minho, o que naturalmente se reflecte na organização do Partido. Isto quer dizer que, se para a maioria dos delegados presentes a discussão dos grandes problemas dos trabalhadores e das consequências da política do Governo para a indústria e os operários do Minho era um debate vivo e interessante, a que se sentiam ligados, já para os camaradas de regiões interiores, pequenas e isoladas, era um debate complicado. Se os trabalhadores hoteleiros de Espinho esperavam que a Assembleia fosse aquilo a que estavam a assistir — uma grande reunião de comunistas dos vários concelhos onde todos os problemas se discutiam — para outros camaradas — do Alto Minho por exemplo — a Assembleia constituía uma verdadeira surpresa, não pensando ver tantos comunistas reunidos. Ficaram satisfeitos. Pese embora as características socioeconómicas, políticas

e geográficas, o policentrismo da região, e as consequentes dificuldades para o trabalho do Partido, a Assembleia constituiu uma importantíssima realização, marco essencial para o desenvolvimento do trabalho do Partido, onde se aprofundou o conhecimento de todos os aspectos da região do Minho e onde todos os problemas foram profundamente discutidos e tratados.

Minho: uma imagem

O camarada António Lopes, membro suplente da Comissão Política do CC, iniciou os trabalhos da Assembleia, no sábado de manhã, com uma intervenção onde referiu, entre outras questões, o significado da assembleia:

«A imagem do Minho subversivo e retrógrado, toca de reacionários, alimentada até aos nossos dias pelas campanhas de desinformação fascista, está hoje absolutamente condenada pela incapacidade de poderem esconder mais a verdadeira imagem do Minho, que é a luta da sua classe operária e dos trabalhadores, é a imagem da rebelião dos seus agricultores e populações contra as medidas administrativas e antipopulares dos sucessivos governos de direita e dos seus tiranetes locais.»

«A realização da 1.ª Assembleia da ORM é bem a imagem deste Minho de luta em defesa do regime democrático e do 25 de Abril.»



O camarada António Lopes abordou mais adiante as relações entre o PCP, os católicos e a Igreja, lembrando palavras que o camarada Álvaro Cunhal proferiu a propósito da Festa da Alegria e acrescentando: «Impossível é um cristão ser fascista, ser um cristão sem escrúpulos, ser um hipócrita, mas é inteiramente possível (e a prática do nosso Partido com milhares de membros católicos bem o prova) ser cristão e católico pela sua crença e ser comunista pela sua atitude social e política.»

A discussão prosseguiu com cerca de 70 intervenções.

● Dos camaradas da Direcção Regional, sobre frentes específicas de trabalho no Minho: o camarada Antunes, sobre o Poder Local, que informou que a APU preside em 14 Juntas de Freguesia e está representada em 9 Câmaras, 21

Assembleias Municipais e 256 Assembleias de Freguesia e que apontou os objectivos para as próximas eleições autárquicas: reforçar as nossas posições nas Câmaras e Assembleias Municipais, confirmar a maioria nas Freguesias APU, conquistar novas maiorias, reforçar as posições minoritárias que já temos e conquistar novas posições em assembleias e juntas de freguesia; apresentar listas em todas as freguesias onde já tínhamos concorrido e no maior número possível de outras onde ainda não concorremos.

O camarada Armando Nogueira falou sobre os problemas de organização, salientando que hoje no Minho o Partido conta com 9608 militantes, sendo 63% operários, 16,3% empregados, 3,4% intelectuais e 1,7% camponeses, organiza-

dos em 244 organismos.

A camarada Alzira Leite debreu-se sobre o trabalho ideológico e de informação e propaganda, apontando a importância da realização das Festas da Alegria e da Amizade, o poderoso movimento de protesto na cidade de Braga, contra a instalação da estátua do fascista Santos Cunha e lembrando que a actividade dos comunistas no Minho já não acarreta riscos físicos.

O camarada Henrique Sousa teve a seu cargo uma intervenção sobre a luta de massas e o movimento sindical unitário, onde referiu, entre outros dados, os mais de 45 mil desempregados da região e os mais de 100 mil trabalhadores que o movimento sindical unitário representa. Os problemas de fundos, do trabalho camponês e de quadros, foram ainda abordados, respectivamente,

pelos camaradas João Duarte, Fátima Lopes e Branca Carvalho.

● Dezenas de outras intervenções, das Concelhias — Braga, Viana, Barcelos, Famalicão, Monção, Espinho, Guimarães, Caminha, Fafe; de células de empresa — Grunhig, Estaleiros Navais de Viana, Mabor, Sampaio Ferreira, Sometil, Portucel; dos Comités dos Sectores Metalúrgico, Têxtil e Serviços; de zonas e freguesias — Vizela, Lomar, Darque e das freguesias de maior APU — Antime e S. Jorge de Selho; e ainda outras sobre os problemas da Lavoura, das Mulheres, dos Jovens, dos Reformados, dos Deficientes, das Cooperativas, dos PMCI's, das Colectividades, do Património Cultural, do deputado à AR eleito pelo círculo de Braga, dos vereadores das Câmaras de Braga e Viana — todas estas intervenções fizeram um

precioso balanço dos êxitos e dificuldades da luta e da organização dos comunistas do Minho, não deixando nunca de apontar perspectivas e metas de trabalho.

O camarada António Lopes, ao encerrar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, fez algumas saudações a convidados presentes.

Ao camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC e através dele à direcção do Partido, às Direcções Regionais que se fizeram representar na Assembleia — Porto, Lisboa, Santarém, Leiria, Setúbal, Beira Litoral e Trás-os-Montes, e ainda a personalidades e democratas que acompanharam os trabalhos e que muito contribuíram e contribuem para o desenvolvimento e democratização da região: Virgínia Moura, Lino Lima e Vitor Sá.

A nova DORM

Ao projecto de resolução política foram apresentadas mais de cem propostas de alteração, das quais 88 foram aceites.

Dos 480 delegados eleitos, participaram 423, dos quais 53% operários, 29% empregados, 9,5% intelectuais, 1% agricultores e 7,5% de profissões várias; 65 delegados eram mulheres.

Tudo quanto foi votado na Assembleia, foi aprovado por unanimidade e aclamação: Resolução Política, constituição da Direcção Regional e ainda três moções. Uma de repúdio pela intervenção da GNR nas minas da Borralha, outra de repúdio pelo silêncio a que a Comunicação Social estatizada, particularmente RTP e JN, votaram a Assembleia, e ainda outra de solidariedade com a luta de milhares de trabalhadores com os salários em atraso, o desemprego e a repressão e pela viabilização das empresas.

A nova Direcção da Organização Regional do Minho é composta por 31 elementos dos quais 18 operários, 11 empregados e 4 de origem intelectual. De referir que a maioria dos membros eleitos têm idade inferior a 35 anos e 4 são mulheres.

Não ficam dúvidas

Mas a Assembleia apenas os dois dias reuniu.

As mais de 120 reuniões especiais, com a presença de um milhar de camaradas, antecederam e preparam esta assembleia, foram extremamente importantes.

Como exemplo referimos em Braga, durante o dia de preparação da Assembleia, foram recrutados de 30 novos militantes, e reactivados 11 comunistas de bairro e ram-se 140 «Avantes!» do a média normal de 65.

Para quem assistiu à Assembleia da Organização Regional do Minho não ficaram dúvidas de que os comunistas do Minho são já uma força política e social importante na região, capaz de liderar a luta pela libertação da região e de fazer separar as muitas autarquias, por vezes muito embaraçosas, do útil e do necessário. Um exemplo disso foi a decisão de não fazer uma estátua ao fascista Santos Cunha, múltiplas vezes condenada. O PCP é capaz de fazer frente aos caciques locais e de fazer a luta da classe operária do Minho. Não ficam dúvidas de que a 1.ª Assembleia da ORM será um importante ponto de partida para o crescimento da luta e da organização dos comunistas do Minho e para uma grande contribuição para a força da luta pela democracia e para a construção do País urgentemente necessária.

Comício-festa

Os trabalhos da Assembleia encerraram com um comício-festa, combativo e alegre onde foi apresentada a DORM, que foi calorosamente saudada.

Intervieram os camaradas Fernando Silva, da DORM, e o camarada Carlos Costa, cuja intervenção recebeu uma intervenção repleta de aplausos.

Uma festa com música, dança, o grupo Cantares e o grupo prolongou-se até tarde fora.

Extractos do discurso de Carlos Costa

Importância e significado da Assembleia

(...)

Esta Assembleia da Organização Regional do Minho do PCP foi uma bela e profunda expressão do grande crescimento e amadurecimento, da força que o nosso Partido já alcançou na região. Tudo o que aqui vimos e ouvimos nos dá a certeza de que esta Assembleia, culminando o sério trabalho que a precedeu, contribuirá por sua vez, poderosamente, para que prossiga e se acelere o reforço e a influência do nosso Partido no Minho.

Na verdade, esta Assembleia da Organização Regional do Minho do PCP é uma superior expressão da vitalidade do Partido, da sua democratização interna, do trabalho e direcção colectivos e da atenção às contribuições individuais. Nenhum outro partido poderia, entre tantos perigos e dificuldades, debater os problemas nacionais e regionais e eleger democraticamente a respectiva Direcção Regional num tão elevado clima de unidade, coesão e fraternidade. Esse facto não resulta só de uma linha política justa. Resulta também do estilo de direcção e de trabalho profundamente democrático, praticado ao longo de muitos anos no nosso Partido e reafirmado e definido pelo X Congresso do Partido.

Esta Assembleia é também uma expressão da ligação do Partido às massas e às suas lutas, do profundo conhecimento das realidades regionais e locais por parte da Organização Regional do Minho do PCP e da capacidade de encontrar e propor soluções e lutar por elas.

A luta de massas em torno de problemas concretos e em torno da demissão do Governo é o factor decisivo, fundamental, para derrotar a reacção e sair da profunda crise que sucessivos governos de direita (com ou sem o PS) impuseram ao País. O conhecimento da realidade e a capacidade de propor soluções é uma base indispensável para o desenvolvimento da luta de massas.

Em nome do Comité Central do PCP saúdo todos os camaradas e companheiros de luta que no Minho, no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores, no movimento camponês, nas autarquias, no movimento de Mulheres, no movimento camponês, nos movimentos de reformados e de deficientes, nas organizações juvenis, nos movimentos de recreio e do desporto, nas organizações democráticas, nas que promovem a amizade entre os povos, nas que especialmente se dedicam à defesa da paz, isto é, no movimento de massas em geral, têm contribuído decisivamente para a luta popular em defesa do Portugal de Abril.

Camaradas,

O Relatório apresentado pela Direcção Regional do Minho e a Resolução Política que acabais de aprovar, caracterizam bem muitos aspectos da realidade minhota e constituirão de futuro um precioso guia para a acção dos militantes do Minho. Desejaria, contudo, salientar três aspectos dessa realidade que me parece que têm necessariamente que determinar algumas das principais linhas de força da actividade dos comunistas do Minho.

1.º Peso e principal localização da classe operária

Sendo o Minho constituído por dois distritos com diferentes pesos na realidade minhota e nacional, pode afirmar-se que, depois de Lisboa e Porto, o Minho é das regiões mais industrializadas do País, estando ainda a sua indústria fortemente concentrada numa sub-região constituída por apenas 6 (Viana, Barcelos, Braga, Famalicão, Guimarães e Fafe) dos 23 concelhos do Minho. Na verdade, 183 mil pessoas, cerca de metade (49,1%) de toda a população activa do Minho trabalha na indústria e transportes (!) e, destes, 78% trabalham nos seis referidos concelhos. Daqui decorre necessariamente que a classe operária industrial é a mais numerosa classe social do Minho e está fortemente concentrada regionalmente, o que desde logo nos abre grandes perspectivas à direcção fundamental do nosso trabalho. Importa, contudo, ter em conta que esta classe provém essencialmente do campesinato pobre, e é, numa elevada percentagem, constituída por mulheres.

2.º Peso do campesinato

Um segundo aspecto da realidade minhota é a existência de um numeroso campesinato que se estende por todo o Minho. Na verdade, são os agricultores que trabalham por conta própria são no Minho 48 mil e representam cerca de metade (51%) da população activa agrícola. Se a estes juntarmos os trabalhadores familiares não remun-

nerados (23 mil) e os chamados trabalhadores por conta de outrem — uma parte dos quais, no Minho, são semiprotetários — (22 mil), melhor poderemos avaliar a enorme importância social do campesinato pobre — aliado natural da classe operária — nesta região.

3.º Peso da Juventude

O Minho é, sem dúvida, a região de população mais jovem do País. Na verdade, os menores de 30 anos constituem 57% de toda a população, percentagem superior à de qualquer distrito ou região do País. Em Braga esta percentagem atinge mesmo os 59% o que o distancia de qualquer distrito do País e, portanto, da média nacional que é de 49%.

E se considerarmos apenas a população jovem potencialmente actuante na vida política, 252 mil, (26% da população total), logo veremos a importância decisiva que deve ter o nosso trabalho voltado para a juventude.

É necessário considerar que a juventude não é de decisiva importância apenas pelo futuro. Ganhar a parte determinante da juventude é fundamental para ganhar as muitas batalhas do momento presente. Diz-se muitas vezes: ter a juventude é ganhar o futuro. Mas talvez seja mais exacto dizer-se: ganhar a juventude é ter o presente.

Situação económica, financeira e social

(...)

A falência da política económica e financeira do actual Governo Soares/M. Pinto na sequência de sucessivos governos de direita (com ou sem o PS) e das suas «sumidades», Constâncio, Cavaco, Salgueiro, Ernani Lopes, etc., é hoje evidente. As previsões do PCP foram infelizmente confirmadas pela vida.

Todos os indicadores económicos demonstram que se acentuou o atraso, a distância da economia portuguesa, em relação às economias dos outros países da OCDE. Degrudou-se o aparelho produtivo. O endividamento do País atingiu níveis insustentáveis. A extensão e a profundidade da crise é de tal ordem que o Governo já não consegue sequer esconder ou mascarar os resultados da sua política. A produção nacional (PIB) que o Governo no início do ano, afirmava que iria ter uma diminuição de 1,4%, o que já seria péssimo, terá afinal uma diminuição de pelo menos 2%, como temos afirmado e como acabou por reconhecer o próprio ministro das Finanças («o jornal», de 22/11/84). Uma diminuição da produção nacional de 2% significa que este ano se irá produzir menos 60 milhões de contos do que no ano passado. E isto a juntar à diminuição de 0,5% que já se verificou em 1983 e à estagnação dos anos anteriores. Se se tiver em conta que a população efectiva aumenta por ano em mais de 60 mil pessoas, facilmente se avalia a degradação profunda do nível de vida da população que esta diminuição representa.

As últimas previsões apontam para quebras médias na produção anual de 3% na indústria transformadora e de 6 a 7% na construção. Só no primeiro semestre, o nível de adjudicações de obras públicas registou uma quebra de 80% relativamente ao período homólogo de 1983.

Na indústria transformadora as taxas de utilização das capacidades produtivas instaladas eram, no primeiro semestre, (e as estimativas para o terceiro trimestre apontam para o agravamento) de 72% para os «bens de consumo» e «bens intermédios» e de 70% para os «bens de investimento». Com taxas de utilização inferiores a 69% encontravam-se os sectores dos produtos metálicos, alimentares, material de transporte, matérias plásticas, mobiliário de madeira, refinarias de petróleo, reparação naval, cristalaria, etc., o que só por si dá uma visão da gravidade e extensão da crise...

Significativamente, o investimento, que determina a produção e o emprego no futuro, e que no presente faz gerar e anima vários ramos da produção, pela colocação de encomendas, em vez de aumentar, sofre uma nova e brutal quebra que o Governo estima em 20%, ou seja, menos 266 milhões de contos do que no ano passado, depois de outras quebras em anos anteriores. Isto significa, necessariamente que, se prosseguisse a actual política económica, a produção nacional voltaria a baixar no próximo ano, aumentaria o desemprego, a miséria, e continuaria a degradar-se o nível de vida da imensa maioria dos portugueses.

Como consequência da política de recessão, da brutal diminuição do investimento e da diminuição do nível de vida da população, as importações têm tido uma quebra significativa, o que aliado a um

momentâneo aumento das exportações devido à desvalorização do escudo e, portanto do trabalho nacional, conduziu a uma certa redução do défice da Balança de Transacções Correntes. Mentindo, impudicamente, o Governo propagandista tal redução como um grande êxito. Mas não se trata de nenhum êxito. Está-se a repetir o que se passou em 1979. A redução do défice não se verifica devido a um aumento da produção em geral; ou da produção nacional de produtos importados; ou pelo desenvolvimento da agricultura e da agro-indústria; ou pelo aproveitamento dos nossos recursos energéticos. Verifica-se, sim, devido à diminuição da produção, do investimento e do nível de vida da população. Tal redução não só é efémera, como os défices, a prosseguir tal política, irão surgir de novo, com novos impulsos e numa situação ainda mais deteriorada. Aliás, segundo a lógica do Governo, o seu êxito ainda seria maior se toda a produção parasse e os portugueses morressem de fome. Então, de certeza, não haveria défice da Balança de Transacções Correntes...

As condições de vida dos trabalhadores e das camadas médias degradam-se dia-a-dia. O Governo prossegue a sua política de tirar aos bolsos dos pobres para encher os cofres dos ricos. Os salários terão este ano, em média, segundo os dados oficiais mais recentes, a monstruosa quebra de 13% a somar-se às quebras sistemáticas posteriores a 1975.

Cerca de um milhão e 300 mil trabalhadores ou estão no desemprego, ou têm salários em atraso, ou trabalham com contratos a prazo; sem contar com milhares de trabalhadores sem qualquer espécie de contrato e sem regalias sociais.

Ao mesmo tempo que promove esta super-exploração dos trabalhadores e condena o povo à fome e à miséria, o Governo Soares/M. Pinto dá aos grandes capitalistas e agrários milhões de contos de indemnizações, entrega-lhes empresas e terras roubadas, proporciona-lhes benesses financeiras, reduções de impostos, juros bonificados, negociações especulativas, fuga ao fisco. Simultaneamente o Governo desmilita-se em viagens com faustosas comitivas, enche os bolsos às clientelas dos partidos da coligação e, com a sua política, impulsiona a corrupção, o contrabando e a economia paralela.

Este caos económico, dramática situação social e escandaloso regabofe têm como causa determinante a criminoso política de recuperação capitalista, latifundista e a submissão aos interesses estrangeiros.

Esta política conduziu igualmente o País à beira da ruptura financeira interna e externa, que virá a ter, a não ser rapidamente invertida a política do Governo, gravíssimas consequências de amplitude imprevisível.

A dívida externa aproxima-se dos 16 mil milhões de dólares (cerca de 2564 milhões de contos). Para se ter uma ideia do que isto significa e da sua evolução, atente-se que a dívida já representa 87% de toda a produção nacional (PIB), enquanto que em 1975 apenas representava 9% do PIB. Os juros, que em 1975 apenas representavam 4,4% das exportações, já ultrapassam agora os 20%. E isto apesar da delapidação de 226,5 toneladas de ouro entre 1975 e 1983. Num só ano (Junho de 1983 a Junho de 1984) o Governo Soares/M. Pinto vendeu 56 toneladas de ouro.

Mas se esta é a situação financeira externa, resultado de uma política de recurso irresponsável aos empréstimos externos e de colaboracionismo do Governo com as exigências do FMI, a situação financeira interna, a traduzir a situação económica, não é menos alarmante.

É cada vez maior o número de empresas asfixiadas pelos encargos financeiros, inclusive muitas cuja conta de exploração é positiva. Na verdade, a política de recessão económica, de contração do crédito, de altíssimas taxas de juro, tem conduzido numerosas e importantes empresas à falência ou à pré-falência financeira. Este quadro é ainda agravado em relação às empresas nacionalizadas, objecto de verdadeira sabotagem, quer quanto à política de preços, quer quanto à política de financiamentos (têm sido obrigadas por sucessivos governos a recorrerem ao crédito externo, muito mais caro), quer ainda quanto à escolha de muitos gestores inimigos das nacionalizações, incompetentes e até corruptos.

É esta política ruinosa atingiu tal extensão e profundidade, que a degradação financeira atinge já hoje todo o sistema bancário que se encontra à beira da ruptura. Podemos dizer que se entrou já numa fase qualitativamente nova. É da lógica económica que um sistema bancário não pode funcionar se entra numa situação de prejuízos sistemáticos. E, quanto à chamada banca comercial, de longe a principal componente do sistema bancário português, essa situação acaba necessariamente por acontecer se os juros pagos pela banca passam a ser sistematicamente superiores aos juros recebidos. Ora, se a diferença entre os juros recebidos e pagos pela banca comercial, ainda registou, em 1978, um valor positivo de 21,3 milhões de contos; em 1983, esse valor já foi negativo na ordem dos

43 milhões de contos. A causa imediata desta situação é que a banca já não cumpre a sua função «propulsora» de crédito aos produtores de bens e serviços, mas sim a função de acumulação de capitais, de manipulação contabilística. E isto para já não falar de outras coisas como o crédito mal parado, as operações ruinosas e fraudulentas, nomeadamente, as operações de financiamento de empresas em dificuldades, etc., que contribuem fortemente para os resultados da banca. É já o próprio Banco de Portugal que, em 1983, para cobrir os prejuízos, teve de utilizar contabilmente 30 milhões de contos em mais-valias obtidas com a venda do ouro.

Mas se passarmos às finanças do Estado, a situação não é melhor nem mais transparente. Recorde-se que o Governo apresentou em Dezembro de 1983 um Orçamento para este ano com um défice de 176,6 milhões de contos. Em Setembro veio dizer que o défice era de 216 milhões de contos e preparava-se para assim o passar na Assembleia da República. Mas o PCP desmascarou a falsidade e mostrou que o défice do Orçamento apresentado pelo Governo não era de 216 mas sim de 305 milhões de contos. E isto não se sentar com os défices dos Fundos (Fundo de Riscos Cambiais, Fundo de Abastecimento, Fundo de Transportes Terrestres, etc.), que constituem uma situação extremamente degradada e que continua a degradar-se, pois o Governo prossegue com a mesma política. Na verdade, segundo as notícias vindas a público, o défice orçamental que o Governo pretende apresentar para 1985 é de 312 milhões de contos sem amortização da dívida pública. E tal défice não ficará por aí, como veremos, caso não seja entretanto demitido o Governo PS/PSD.

A adesão à CEE

Perante toda esta gravíssima situação, o Primeiro-Ministro actuante, não apenas não faz declarações e faz declarações de problemas nacionais. O que o dr. Mário Soares neste momento pretende é, por um lado, continuar a justificar a política de recuperação capitalista e, por outro, acabar as negociações de qualquer preço em termos de verdadeira capitulação nacional, para servir as suas ambições eleitorais, a sua candidatura presidencial. Mas nem aqui se trata de coisas leves de feição. Foi ao ponto de deslocar a Irlanda para uma pomposa delegação para assinar não o tão falado «constat de facto» mas uma vergonhosa declaração conjunta, sem qualquer validade jurídica, em que a CEE em nada se compromete. Depois disso, Mário Soares teve ainda o deslante de declarar «que desde agora Portugal já faz parte do Mercado Comum». A que ponto chegou o Portugal de Abril, a política, a diplomacia portuguesa, e a sem vergonha de um Primeiro-Ministro. Mendiga todos os meses pela porta de casa, e todos os meses leva com a porta na cara. O mínimo sentimento de dignidade nacional já há muito o levaria a dizer basta. Neste certo momento, e julgando certamente que assim apresentava um assunto de firmeza e dignidade, Mário Soares chegou ao extremo ridículo de ameaçar com outras alternativas, como a «adesão» ao ECU (de que é um fiel lacão) e ao Japão.

Desde o início, desde o pedido de adesão à CEE feito há quatro anos por Mário Soares, o PCP alertou de que o que se tratava não era da procura da resolução dos problemas nacionais mas de uma grande operação política e propagandística voltada contra a conquista do 25 de Abril, que a integração a realizar-se seria um desastre para a nossa economia; que o Mercado Comum não era um clube filantropo; que a nossa economia seria um apêndice das economias da CEE, isto é, da Europa dos monopólios.

Os factos mais uma vez mostram quem tem razão:

1.º Hoje já quase ninguém ousa contestar que a operação de adesão ao Mercado Comum é uma operação essencialmente política. São membros do nosso Governo que o afirmam.

2.º Foi o mesmo facto que o pretexto da adesão à CEE que o nosso Governo abriu os sectores nacionalizados ao sector privado, para a procura de desmantelar a EPAC, a AGA, o IAPQ e outros organismos que e que procura fazer passar o seu pacote laboral. Tudo com o argumento de que é necessário harmonizar a nossa economia e a nossa legislação com a da CEE, mesmo sem lá estarmos.

3.º Que o Mercado Comum não é um clube caritativo, como o nosso Governo pretende fazer crer, pode verificar-se mesmo nas negociações. Pois não é verdade que em relação aos poucos produtores em que Portugal poderia ser competitivo (vinhos, concentrado de tomate, conservas de sardinha, têxteis), a CEE pretende que fique de fora ou pade sérias restrições à sua entrada livre de direitos?

4.º Que a nossa economia seria uma economia subalterna, criada pelos interesses das multinacionais são também os factos que mostram. Nas negociações a CEE opõe-se à concessão de qualquer

PCP

Concelho do Seixal

3.ª Assembleia do Partido — Importante chega para o reforço da organização

Realizou-se recentemente no Pavilhão da Siderurgia Nacional, com a presença de 400 delegados, a III Assembleia da Organização Concelhia do Seixal do PCP, acontecimento que contou com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP que interviu no comício de encerramento.

Durante os trabalhos, que decorreram sob o lema «com o PCP alargar a unidade, prosseguir Abril», os presentes aprovaram um documento contendo os principais objectivos que se colocam à organização do Par-

tido e aos seus militantes, designadamente as questões que se referem ao reforço da luta e das organizações de massas, o melhoramento da organização do PCP no concelho e a organização e planeamento da actividade futura.

No plano da luta e do reforço das organizações a Assembleia apontou claramente a necessidade dos militantes comunistas contribuírem para o «reforço da organização dos trabalhadores nas grandes, médias e numerosas pequenas empresas do concelho, sobretudo onde esta é débil e onde mais facilmente o patronato e o

Governo intimidada, reprime, despede».

Por outro lado, importa contribuir para o reforço dos «diversos movimentos específicos de classes e camadas sociais e da sua actividade» (movimentos das mulheres, reformados, pensionistas e idosos, deficientes, comerciantes e industriais), bem como melhorar o «acompanhamento dos problemas dos jovens do concelho».

No que diz respeito ao reforço do Partido os delegados à Assembleia acentuaram a necessidade de aperfeiçoar «a todos os níveis o funcionamento, actividade e vida própria das organizações, a ajuda do de-

sempenho das tarefas e responsabilização de muitos mais camaradas, e o funcionamento e estruturação das células, comissões locais e de freguesia».

Neste capítulo o documento sublinha ainda a importância de prosseguir com a campanha de reforço das células de empresa, procurando melhorar o funcionamento das existentes, seus núcleos e comissões específicas e criar novas células, trabalho este que «exige medidas de quadros e o conhecimento mais completo dos problemas concretos dos trabalhadores e da sua situação nos locais de trabalho».

Quanto ao planeamento da



A mesa que presidiu aos trabalhos da Assembleia Concelhia do Seixal

actividade no futuro a Assembleia decidiu, no âmbito dos fundos, receber até final do ano toda a quotização em atraso e cumprir as metas estabelecidas para um novo centro de trabalho da Direcção Regional,

aproveitando para tanto este período de festas.

Em relação à imprensa, à informação e ao trabalho ideológico, os delegados chegaram à conclusão que esta frente não tem acompanhado a exigência

de esclarecimento que o momento impõe, pelo que decidiram aumentar nas empresas e em todas as freguesias a venda do «Avante!» e do «Militante», «organizar mais sessões públicas, mais porta-a-porta e

emitir e distribuir mais documentos».

No final dos trabalhos os delegados à Assembleia elegeram a nova Comissão Concelhia, de que fazem parte mais de quarenta camaradas.

Independência nacional em questão

«Portugal: Independência Nacional em Questão» constitui o tema para um ciclo de debates que decorrerá durante os próximos dias 19, 20 e 21, com início às 21.30 horas, na Casa da Imprensa, em Lisboa.

A iniciativa pertence à Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, estando prevista para o primeiro dia (19) a participação de Ruben de Carvalho e Álvaro Mateus (do PCP), e Natália Correia e António Victorino d'Almeida que intervirão sobre «A História, a Cultura, a Identidade».

Para quinta-feira estará em debate «A Economia, a Tecnologia, o Progresso», sendo oradores Carlos Carvalhas e Frederico Carvalho (do PCP), Armando Casero e José Manuel Rolo.

O ciclo encerra na sexta-feira com a presença de Carlos Aboim Inglês e Rogério de Carvalho (do PCP), Fernando Piteira Santos e o major Vinício de Sousa que falarão sobre a «Política Externa, a Guerra-Fria e a Paz».

RTP: o escândalo continua

1. A forma como a RTP/1 relatou ontem nos seus serviços noticiosos o debate parlamentar suscitado pela interpegação do PCP ao Governo sobre a política de educação constitui um escandaloso modelo de grosseira manipulação e desinformação.

2. No Telegiornal, o repórter da RTP, tomou de ignorar as posições tomadas pelo PCP na sessão e depois de ter descrito

longamente as intervenções de deputados de outros partidos, concluiu sobranceiramente que as posições «menos polémicas» tinham sido as do PCP «por corresponderem ao que já se esperava».

No Último Jornal, no fim da respectiva reportagem e depois de terem sido silenciadas as intervenções dos deputados comunistas, uma voz «off» concluiu insolentemente que li-

nha ficado esclarecido que a interpegação do PCP «nada tinha que ver com a Educação».

3. Assim vai a informação televisiva sob o Governo PS-PSD: um Partido — o PCP — toma a iniciativa de interpegar o Governo sobre um candente problema nacional que preocupa justamente os portugueses, traz ao debate da AR, com larga cópia de dados, factos e situações da realidade desse sector da vida nacional e enuncia

fundamentalmente as responsabilidades do Governo —, mas nada disso interessa à RTP que prefere divulgar apenas as opiniões de outros partidos, emitir juízos próprios (que

não lhe competem) sobre os objectivos da interpegação do PCP e formular opiniões de extrema subjectividade e notório atrevimento sobre o carácter polémico ou não das posições do PCP.

4. Protestando firmemente contra mais este acto de gangsterismo televisivo, o PCP realinha que, por todos os meios ao seu alcance, continuará a dar combate à política de manipulação, desinformação e discriminação prosseguida pela RTP, até que seja posto termo a esta vergonhosa orientação. 6/12/84 A SIP do PCP

Comércio externo e dívida externa

• Debate em Alfama

No quadro da preparação da Conferência Económica Nacional do PCP a realizar em Março de 1985, a DORL promove um debate interno, a ter lugar no centro de trabalho de Alfama, nos dias 14, sexta-feira, das 18 às 23 e 15 horas, sábado, das 9 e 30 às 21 e 30 horas, em que serão aprofundados alguns dos momentosos temas do Comércio Externo e da Dívida Externa.

Entre outras intervenções previstas para lançamento da discussão destacam-se: a questão da produção nacional de produtos importados e os seus reflexos no comércio externo; a evolução do comércio externo português nos últimos anos; o peso dos produtos agrícolas no comércio externo e a balança alimentar; as relações económicas externas

com os países socialistas e africanos; problemas relacionados com a actividade alfandegária; e intervenções sobre a Dívida Externa e o desenvolvimento económico de Portugal, condicionalismo e desbloqueamentos.

Atendendo à importância dos assuntos em debate e a sua real inserção no centro do desenvolvimento económico português, prevê-se a presença de numerosos camaradas, designadamente dos sectores que directa ou indirectamente se relacionem mais de perto com tais assuntos e actividades. A sua participação certamente enriquecerá e aprofundará o debate de tais problemas dentro do nosso Partido.

Estará presente o camarada Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Mulheres de Setúbal

Decorreu no último sábado, no centro de trabalho do PCP em Setúbal, uma reunião promovida pelas mulheres comunistas da freguesia de S. Sebastião com o objectivo de analisar a «frente das mulheres».

Os participantes concluíram pela necessidade de aumentar a participação de comunistas nas estruturas unitárias (MDM, comissões de mulheres de empresa, departamentos de mulheres nos sindicatos); reforçar a discussão no Partido sobre os problemas específicos que atingem as mulheres; alargar às colectividades e aos bairros um conjunto de iniciativas que visem incentivar a luta pela promoção e pela igualdade das mulheres.

Apesar de o encontro as mulheres presentes decidiram ainda participar activamente na manifestação do próximo sábado, em Lisboa; nas iniciativas do MDM, designadamente a que está em curso «Natal 84 — Natal do nosso descontentamento»; e promover acções por todo o concelho contra as insustentáveis condições de vida que afectam particularmente as mulheres.

Um apelo dirigido aos competentes órgãos de soberania para que tomem urgentemente as medidas necessárias para pôr cobro a esta política e este Governo, foi também unanimemente aprovado pelos participantes.

Deputado comunista visita Lousã

A fim de melhor se inteirar das realidades e dos problemas locais, deslocou-se recentemente à Lousã o deputado João Abrantes, do Grupo Parlamentar do PCP.

Durante a sua visita aquele deputado pôde verificar as precárias instalações dos serviços de saúde locais, designadamente o hospital concelhio, cuja situação se vem agravando, enquanto se assiste ao prolapso da abertura do novo centro.

João Abrantes visitou depois as novas instalações do Lar de Idosos e o Centro de Dia da Misericórdia da Lousã onde constatou as graves dificuldades com que esta instituição se debate devido ao corte de subsídios por parte do Centro Regional de Segurança Social.

No decorrer da deslocação ao concelho da Lousã o deputado comunista teve ainda ocasião de contactar trabalhadores da fábrica de papel instalada em Serpins, e de verificar em Foz do Arouce os efeitos da poluição no rio Ceira.

No final da visita João Abrantes foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal da Lousã e restantes vereadores de quem recebeu uma informação sobre alguns dos problemas mais sentidos no município.

Jantar de Natal em Vialonga

Realiza-se no próximo dia 22 (um sábado), no Centro de Trabalho de Vialonga, com início às 19 horas, um jantar de Natal, para o qual estão desde já abertas as inscrições.

A iniciativa pertence à organização local do PCP e da ementa consta peru assado e doces tradicionais de Natal.

Entretanto, está já a decorrer no CT uma banca de Natal com os mais variados artigos, local onde, quem pretenda, pode também encomendar brós, rissóis, filhós e outros doces.

Poder local

Cresce nas Câmaras do País a exigência de verbas adequadas

Um pouco por todo o País as Câmaras Municipais, mais concretamente os seus executivos, estão a aprovar os Planos e Orçamentos para 1985 a apresentar às respectivas Assembleias Municipais (em alguns casos já o fizeram) dando provas, em geral, não apenas de notável capacidade em cumprir a lei como de o fazer atempada e correctamente (coisa que, como se sabe, o Governo da «eficácia» não consegue), numa demonstração de conhecimento dos seus próprios problemas e da atenção a eles. É neste contexto que se está a verificar um outro fenómeno: a exigência mais ou menos generalizada de que as dotações a conceder às autarquias em 1985 sejam pelo menos correspondentes às concedidas este ano e acrescidas de 30%, a quota oficial de inflação.

A APU — que neste processo está a ter um papel de vanguarda — já o fez em diversos executivos (Almada, Seixal, Vila Real de Santo António, Estremoz, etc.), não deixando por outro lado de protestar veementemente (como o fez, por exemplo, Coruche e Serpa) pelo esboço de que as Autarquias têm vindo a ser sucessivamente vítimas por parte do poder central pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais aprovada em 1978 na Assembleia da República por unanimidade, o que faz com que nenhuma Câmara saiba quanto vai realmente receber no ano seguinte.

Esta situação de protesto e exigência de aumentos de dotações é, de resto, generalizada, mobilizando Câmaras Municipais em que pontificam os partidos da actual coligação governamental e mesmo do CDS. Compreende-se. Com a transferência das novas competências para as Autarquias imposta pelo Governo Soares-Mota Pinto, nomeadamente no que respeita aos transportes escolares e Acção Social Escolar (sem que houvesse, entretanto, contrapartidas financeiras minimamente correctas), todas as Câmaras Municipais — já a braços com graves problemas devidos aos cortes or-

çamentais — ficaram em posições na generalidade insustentáveis.

O caso da Câmara Municipal da Covilhã, de maioria PS, é apenas um entre muitos exemplos. Esta entidade, em recente reunião do executivo, aprovou uma decisão com base numa proposta apresentada pelo vereador da APU de exigir um aumento de 30% sobre as verbas a transferir para as autarquias locais no próximo ano. O mesmo se fez anteriormente — é também como exemplo — na Câmara APU de Almada, onde a 16 de Novembro último o Plano de Actividades e Orçamento para 1985 foi aprovado com votos de vereadores eleitos pelo PS, ex-AD e a maioria APU (o que levou a um comentário, num comunicado da Câmara, a dizer que «se propõe mais uma vez que a equipa de trabalho constituída por forças políticas divergentes funciona, como desde o primeiro mandato, em regime de forte entrelaçada com vista a uma administração totalmente voltada para o serviço das populações»). No caso de Almada o Plano e Orçamento foi feito na base das propostas apresenta-

das pelos vereadores dos diversos pelouros à presidência, englobando uma importante listagem de iniciativas cuja capacitação transcende a capacidade financeira do município em cerca de 316 000 contos.

Poderíamos enumerar diversos casos que, um pouco por todo o País e acompanhando o que se verifica nas Câmaras de maioria APU, exemplificam o coro de protestos e a exigência de maiores dotações orçamentais. Ainda a título de exemplo, referimos os casos recentes de Alcobaça (AD), Bombarral (CDS), Caldas da Rainha (CDS), Nazaré (PS), Peniche (PS) — todas reunidas em Bombarral para a tomada de uma posição conjunta manifestando ao Governo a sua preocupação pela exiguidade das verbas a transferir para as autarquias no próximo ano — ou ainda de Fafe (PS), que em recente reunião do executivo, decidiu exigir do Governo a transferência de verbas suficientes para todos os concelhos do País, de forma «justa e clara», para fazer face aos novos encargos em matéria de acção social escolar e transportes.

Hoje, em Lisboa

Debate da APU com trabalhadores da CML

Nos vários sectores de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa continuam por satisfazer muitos problemas, afectando centenas de trabalhadores. Uma boa parte destes não deixa de lutar, apoiados na sua organização sindical; os vereadores da APU, por seu lado,

levam repetidamente às sessões da Câmara propostas que visam defender os direitos e aspirações dos trabalhadores. Uns e outros esbarram nas posições e votações reaccionárias da maioria PS/CDS/PSD e nomeadamente na política irresponsável de Pessoal, con-

duzida por Lívio Borges, do PSD, o vereador do pelouro.

Prestar contas do que tem sido a actividade dos eleitos da APU, ouvir da boca dos próprios o que são as aspirações e as opiniões dos trabalhadores, ajustar e dar mais força à luta comum, esse é o objectivo

do debate promovido pela célula do PCP na CM de Lisboa

hoje, a partir das 18 horas, na Casa do Alentejo. Convidados, todos os trabalhadores; certa, de entre os vereadores APU, a participação de Silva Graça e Anselmo Anibal.

Advertisement for 'X CONGRESSO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES' featuring a book cover with the title 'COM O PCP CONTINUAR ABRIL' and a starburst graphic.

Advertisement for a book titled 'a mais bela prenda!' with a cover image showing a group of people and the text '60 ANOS DE LUTA'.

Comunistas de Beja analisam situação política

Com vista proceder a uma análise da situação social, económica e política do distrito de Beja, reuniu-se recentemente naquela cidade o plenário da Comissão Distrital do PCP.

Os presentes constataram que a política desastrosa seguida no País desde 1976, agora agravada pelo Governo PS/PSD, está a provocar uma degradação acelerada da situação económica e social, «arruina os sectores fundamentais da nossa economia, aumenta o desemprego, a fome e a miséria generalizada».

Citando alguns exemplos dos efeitos negativos desta política prejudicial ao povo e ao País, a Comissão Distrital assinala os constantes ataques à Reforma Agrária, a paralisação do Projecto do Alqueva, a degradação dos serviços de saúde, nomeadamente o encerramento dos serviços de urgência nos hospitais e Centros de Saúde do distrito, o encerramento do ramal de Moura pela CP.

Os comunistas de Beja concluíram ainda, segundo uma nota distribuída à imprensa, que é fundamental «intensificar a luta de massas em todos os sectores da população» com o objectivo de concretizar «a demissão imediata deste Governo» e a formação «de um governo verdadeiramente democrático ao serviço do povo e do País».

Tournée de ministros por Santarém

As deslocações de vários ministros e secretários de Estado ao distrito de Santarém nas últimas semanas mereceram um comentário da SIP da DORSA do PCP que classifica esta roda-viva dos governantes como «auténtica tournée» que não tem em vista contactar com os importantes e graves problemas que afectam os trabalhadores e as populações mas sim fazer uma «programada campanha de propaganda e demagogia» que conta para o efeito com a colaboração «atenta e veneranda» do Governador Civil.

Com efeito, num curto espaço de tempo exibiram-se por aquelas paragens os ministros Sousa Tavares, Maldonado Gonelha, Rosado Correia, Eduardo Pereira e ainda vários secretários de Estado que não se pouparam em repetir velhas e estafadas promessas de resolver o problema da poluição, dos hospitais distritais de Santarém e Abrantes, das pontes rodoviárias de Constância e Porto Muge, de várias variantes de estradas nacionais, da habitação e por aí fora.

Lembra entretanto a nota do PCP que os ministros se recusaram pura e simplesmente a receber uma delegação de dirigentes e activistas sindicais que lhes queriam apenas colocar alguns dos graves problemas com que se defrontam milhares de trabalhadores do distrito, fugindo também a prestar quaisquer contas de outras promessas anteriormente feitas.

Como bem recordam os comunistas de Santarém, o «povo já percebeu que é habitual em vésperas de eleições aparecerem uns senhores muito bem balantes a prometerem mundos e fundos, que já prometeram «100 medidas» e «um comboio contra a crise» mas que hoje são de facto um barco a afundar-se», pelo que a sua urgente demissão se assume cada vez mais como um «acto de sanidade política e moral».

Trabalhadores



Participa nas manifestações!

- Por uma vida digna • Pelo trabalho • Pelas liberdades
- Pela demissão do Governo

As acções do movimento sindical unitário no dia 29 do mês passado, em que participaram 18 mil trabalhadores em 17 concentrações, e em que mais de 40 mil se reuniram em plenários preparatórios (isto só no distrito de Lisboa), bem como a grande jornada nacional da Frente Comum, dia 28, com dezenas de milhares de participantes, «comprovaram a disposição de luta contra esta política no nosso distrito», afirma em nota do dia 11 a Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP. Apelando aos comunistas e outros democratas para que participem nas manifestações do próximo sábado, a DORL prevê «uma grande manifestação» por «uma vida digna», «pelo trabalho», «pelas liberdades» e «pela demissão do Governo», em Lisboa.

Promovidas em vários pontos do País pelo movimento sindical unitário e pelas ORT's em empresas, sectores e regiões, as manifestações de sábado fazem parte da campanha nacional de solidariedade para com os trabalhadores com salários em atraso e desempregados, que decorre até ao próximo dia 22.

Anteontem estavam anunciadas manifestações e concentrações em Lisboa, incluindo os trabalhadores do distrito de Setúbal (concentração no Marquês de Pombal a partir das 14 e 30), Montemor-o-Novo (incluindo este concelho, os de Arraiolos, Mora e Vendas Novas) e Leiria (concentração nas imediações do Teatro José Lúcio da Silva pelas 15 horas). Estavam também convocadas manifestações para Aveiro e Viseu, no mesmo dia.

A manifestação de Lisboa, com percurso previsto entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço é promovida pelas União Sindicais de Lisboa e de Setúbal, assim como pelas Cintas Industriais (CIL e CIS) dos mesmos distritos.

Jornada popular de unidade, de grande confiança

Em face do desenvolvimento das lutas de massas, a DORL do PCP prevê que «este dia 15 será uma grande jornada popular, de unidade, de grande confiança». A DORL do PCP «apela a um grande reforço da unidade face aos perigos da política deste Governo». Ao referir-se às «reações dos trabalhadores à política seguida pelo Executivo a DORL acrescenta:

«Ao contrário do que Mário Soares e Mota Pinto desejariam, ao contrário do que a RTP, a Rádio e alguns jornais querem impingir, os portugueses estão contra a política do Governo, protestam, criaram um imenso e poderoso movimento nacional que reclama a demissão urgente do Governo.»

Acorda das jornadas de 28 e 29 de Novembro findo, nos distritos de Lisboa e de Setúbal, a DORL acentua que «as reacções dos trabalhadores à política do Governo se manifestaram também nas lutas da Frente Comum (FP), por acordos de empresa na Carris, EDP e AGA; na contratação da metalurgia e dos gráficos de imprensa; contra o desmantelamento de empresas na EPAC, RN, Marinha Mercante e Bertrand, na EDP contra a má gestão e destruição da empresa (ver Suplemento); na Segurança social por carreiras e integração na FP (e também por aumentos salariais justos); na Transtejo pelo cumprimento dos horários de trabalho; a resistência aos despedimentos na Lisnave, CP, Sorefame, CNN, CTM, Bertran, EPNC;

nos agricultores, com uma concentração recente junto à residência do Primeiro-Ministro; concentração e desfile de seareiros em Vila Franca de Xira; entre os pequenos e médios empresários em diversas manifestações de descontentamento, etc.».

CGTP-IN: 30 grandes iniciativas para intensificar a luta

O Plenário da CGTP-IN, reunido no dia 7, no Teatro Aberto em Lisboa, aprovava entretanto uma série de 30 grandes iniciativas para o próximo ano, incluindo as que se relacionam com a preparação do seu quinto Congresso em 1986. Segundo a resolução aprovada pelo órgão máximo da Central entre Congressos, aberto como sempre à participação de todos os sindicatos, o «plano geral de actividades para 1985» foi aprovado «na perspectiva da intensificação da luta dos trabalhadores em cinco grandes frentes fundamentais: defesa das liberdades sindicais e democráticas; luta por melhores condições de vida e de trabalho; defesa do direito ao trabalho e segurança no emprego; defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária; reforçar a organização — melhorar a capacidade de intervenção e de acção».

Depois de referir algumas das principais iniciativas para 1985, o departamento de informação da Inter assinala em Abril a realização de um «Encontro Nacional sobre Informação Sindical», uma «Conferência sobre Emprego/Desemprego» (Maio) e a «2.ª Conferência de Organização Sindical» em Outubro.

Para o próximo ano foram decididos ainda pelo Plenário da Central «sete congressos ou conferências regionais de sindicatos distritais (Setúbal, Madeira, Lisboa, Beja, Évora, Guarda e Vila Real) e seis congressos ou plenários de reestruturação de federações em sectores de actividade (têxteis, função pública, telecomunicações, cerâmica, cimento e vidro, pescas e mar)».

O documento aprovado pelo Plenário Nacional do dia 7 sublinha que «hoje, mais do que nunca, a luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos e interesses está intimamente ligada à defesa do regime democrático».

Acrescenta o documento: «a exigência que se coloca aos trabalhadores e ao movimento

sindical é o desenvolvimento de acções de luta a todos os níveis para travar as consequências da política ruinosa em curso, salvaguardar os direitos e interesses imediatos dos trabalhadores e contribuir para uma alternativa democrática».

A concluir o Plenário da CGTP-IN refere que, nesse quadro, «mantém-se como objectivo fundamental, no plano político, a luta pela queda do actual Governo e pela exigência de uma nova política» nacional.

Importante contribuição para demitir o Governo

«Este dia 15 (o próximo sábado das manifestações) será um importante contributo para a demissão do Governo», acentua, por outro lado, a nota da DORL. Referindo que «os comunistas não lutam para que todo e qualquer governo caia» e que «os governos caem pela política que realizam, pela oposição dos portugueses a essa política», a DORL sublinha que «vale a pena lutar», pois «foi na luta que os pescadores ganharam a longa batalha pela recuperação da Múta; que na Sorefame e na Cerâmica Grândela (Malra) os salários começaram a ficar em dia; que a comissão de trabalhadores da Fima, depois de processada foi reintegrada; que o contrato dos hotéis e o acordo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda se saldaram em vitórias; que se conseguiu a negociação no Metro; que os órgãos representativos dos trabalhadores da Tabacaria e do Crédito Predial Português saíram reforçados; que os estudantes do Ensino Superior fizeram recuar o ministro Seabra e o saneamento de professores democratas na Faculdade de Letras».

Plenário da Inter apela à participação

No Plenário do dia 7, em que participaram perto de 400 activistas representando 135 organizações sindicais, doze delas não filiadas na CGTP-IN, exortou os trabalhadores e todo o movimento sindical no sentido de se empenharem «com entusiasmo e determinação» na campanha contra os salários em atraso e o desemprego, assim como nas manifestações do próximo dia 15.

Num ponto do seu documento, o Plenário da CGTP-IN, referindo-se à «subversão da vida democrática», acusa o actual Governo de permitir «a generalização da ilegalidade como forma de vida das classes dominantes» que «não pagam salários; não cumprem obrigações fiscais; retêm as contribuições devidas à Segurança Social e as quotizações sindicais; corrompem; fazem mercado negro e contrabando; provocam o encobrimento injustificado e mesmo fraudulento de empresas».

Linhas de acção dos jovens trabalhadores

Num Encontro Nacional promovido pela CGTP-IN, uma centena de jovens representantes de várias estruturas sindicais

de todo o País, aprovavam, entretanto, em Lisboa, entre outras decisões, a exigência indispensável de «um programa de emergência sobre o emprego; a revisão da lei dos contratos a prazo no sentido de garantir a excepcionalidade do regime; a proibição do trabalho temporário e do trabalho infantil; uma nova política de Ensino para os jovens trabalhadores que, designadamente, respeite o estatuto de trabalhador-estudante e o pagamento do salário mínimo nacional a partir dos 18 anos de idade».

III Encontro em Aveiro

«Mantém-se sólida a estrutura do movimento sindical unitário no distrito de Aveiro» que convocou para sábado uma manifestação na cidade.

Sobre a sindicalização, um dos pontos principais do III Encontro, efectuado dia 4, os sindicalistas concluíram unanimemente que essa é «a tarefa prioritária na acção sindical a desenvolver».

Quanto às condições para esse desenvolvimento, o Encontro, que tomou importantes decisões relacionadas com a estruturação do movimento sindical na zona, concluiu que, apesar da repressão patronal existente, dos impedimentos à actividade sindical, dos contratos a prazo e do número crescente de empresas encerradas, «existem condições objectivas para o aumento da sindicalização no distrito, pelo que se impõe um empenhamento activo e constante dos militantes sindicais» para alcançar esse objectivo.

3.º Congresso na Hotelaria

No sábado e domingo próximos, a Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal efectua em Lisboa o seu 3.º Congresso. Deve ser aprovado um caderno reivindicativo em 11 pontos que dizem respeito a «legislação do trabalho»; funcionamento eficaz dos tribunais e da Justiça nas relações laborais; salários em atraso; contra a discriminação salarial; cartelas profissionais; garantia de emprego e salarial — trabalhadores sazonais; horário de trabalho e descanso semanal; segurança social e higiene e segurança no trabalho; contratação colectiva e política salarial; dignificação profissional; e desenvolvimento da actividade turística».

A Federação da Hotelaria representa sindicatos filiados com um total de 86 855 trabalhadores. Os delegados sindicais são 700 no sector (481 homens e 219 mulheres). Os dirigentes sindicais são 145 no total, incluindo 118 homens e 27 mulheres.

O 3.º Congresso efectua-se sob o lema «unir, organizar e lutar por uma vida melhor — prosseguindo Abril».

Nacional

Seminário promovido pela revista «EC»

É urgente o Plano Siderúrgico e o relançamento da economia

Promovido pela revista de economia «EC — Questões Económicas e Sociais», realizou-se no passado sábado, em Lisboa, um seminário sobre o «Plano Siderúrgico Nacional (PSN) e o desenvolvimento económico», iniciativa que contou com a presença de mais de meia centena de técnicos e especialistas na matéria.

O Seminário possibilitaria o equacionamento de algumas linhas mestras que, no entender dos participantes, poderão constituir um efectivo contributo para o desenvolvimento da indústria siderúrgica em Portugal. Respingando excertos das importantes declarações lá produzidas fica-se a saber, por exemplo, como se afirmou durante a abordagem de aspectos relevantes da indústria siderúrgica em Portugal, que «tudo indica que o futuro da siderurgia em Portugal passa de imediato pela resolução do problema da expansão dos produtos longos do Seixal, para a qual já existe adquirida importante parcela no valor de vários milhares de contos, como é do conhecimento público. Os compromissos assumidos em No-

vembro de 1982 eram de 20,4 milhões de contos». Mas não pode esquecer-se o «enorme fosso que está crescendo entre as previsões de consumo de aço no nosso País e a realidade do mercado interno de que a SN dispõe. Em relação a 1983, por exemplo, as previsões constantes de estudo responsável datado de 1981 eram a de que o mercado de longos da SN seria da ordem de 652 000 toneladas. A realidade quedou-se por 456 000 toneladas, seja menos cerca de 200 000 toneladas em 1983. A questão é muito séria, como se vê. Os números relativos a 1984 são piores e só-lo-ão em 1985 ainda mais agravados caso não seja inflectida em sentido positivo a situação económica portuguesa. (...) Não carecerá de especial demonstração afirmar que o PSN é inútil na hipótese do desenvolvimento do País não passar de uma miragem».

E pergunta-se: «Não é a utilização de minérios nacionais um dos argumentos mais indiscutíveis a favor dum PSN? Não é verdade que, entretanto, se mandou ampliar a capacidade de fa-

Acções de luta na Segurança Social

«Fraudes» escondem a grande Fraude

Com participação activa na campanha organizada entre 10 e 22 do corrente pelo pagamento dos salários em atraso e contra o desemprego, incluindo as manifestações marcadas para o próximo sábado, a organização sindical dos Trabalhadores da Função Pública (TFP), que efectuou em 29 e 30 de Novembro o IV Encontro das ORT's da Segurança Social, leva a efeito neste campo específico «um vasto conjunto de acções de luta nos dias 17 e 18 do corrente». A Federação Nacional do sector, referindo-se às «fraudes na Segurança Social», à «luta dos trabalhadores» e aos «perdões de milhões de contos», refere entre outras revelações de interesse, que «é o próprio patronato que obriga trabalhadores que não estão doentes a «meter» baixa (existem documentos comprovativos dessa situação)». Ainda sobre o volume das fraudes, que a Secretaria de Estado da Segurança Social promove como publicidade para esconder outras fraudes, a Federação Social promove como publicidade para esconder outras fraudes, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública desmente «os responsáveis» por aquela Secretaria quando afirmam: «visitámos 615 funcionários com baixa; fraudes 152; valor das fraudes: 10 mil contos». Segundo a mesma Federação «a realidade foi: «visitaram 615; 144 estavam ausentes; 8 fraudes detectadas. Tudo o que está ausente para eles é fraude, mesmo que o trabalhador tenha ido ao médico, comprar alimentação, ou ao hospital. Vale tudo», realma a Federação que não omite, como faz a Secretaria de Estado, que enquanto se detectam «fraudes» são «perdoados juros de mora a grandes empresas capitalistas. Só a uma — afirma a Federação — a secretaria de Estado perdoou 328 mil contos».

A Federação, ao acusar a Secretaria de Estado/Governo/PS/PSD de «tentar esconder as grandes fraudes à custa de pequenas situações» empoladas, a fim de «criar condições junto da opinião pública para agravar a legislação sobre baixas, reformas, desemprego», afirma que «um ex-presidente da Câmara, actual membro da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, 42.º candidato nas listas do CDS pelo círculo de Lisboa às anteriores eleições para a Assembleia da República, no seu serviço, transferiu dinheiro de reformados de conta à ordem para conta a prazo, e preparava-se para utilizar em proveito próprio mais de 2000 contos». Isto enquanto o patronato não paga, mensalmente, «cerca de 2 milhões de contos» à Segurança Social, embora continuem a ser feitos os respectivos descontos aos trabalhadores.

brico de produtos acabados em chapa laminada a frio no período, que decorre, de adiamento «sine die» do fabrico de chapa laminada a quente?». E acrescenta-se: «A realidade tem de ser encarada. Temos encaixada boa parte do equipamento necessário ao chamado Plano de Expansão do Seixal (PEPLS). Tratamos do resto que falta e ponhamos tudo em conjunto e estudemos o seu futuro como unidade que é, já hoje, e apesar de muitas dificuldades que em boa parte se transcendem, um interessante ponto de desenvolvimento da cintura industrial do Porto. (...) Tratemos também dos acordos de compensação para as diversas trocas comerciais. E façamos tudo isto retomando a ideia do Plano Siderúrgico Nacional como peça importante do necessariamente mais vasto plano de desenvolvimento do País».

A estreita ligação entre o relançamento do PLN e o da economia nacional seria, de resto, amplamente exemplificado com a questão da Construção Civil e Obras Públicas no nosso País, sector que, estando neste momento numa posi-

ção de quase ruptura, pode por outro lado «considerar-se um sector chave da economia já que a montante depende de grande número de indústrias de produção intermédia; a sua evolução «arrasta» pois no mesmo sentido a evolução de grande número de indústrias. Grande parte do seu valor acrescentado bruto (VAB), cerca de 65%, é remuneração de trabalho; é pois um sector fortemente dependente da mão-de-obra, e por isso fortemente empregador». Por outro lado «a sua dependência externa, tanto em factores de produção como em tecnologia, é diminuta, podendo até proporcionar alguns ingressos por via de exportação de serviços e de tecnologia. Pode dizer-se pois que o crescimento do sector da Construção Civil e Obras Públicas praticamente não afectará o saldo da Balança de Pagamentos».

Foram igualmente abordados diversos temas de importância para o sector, nomeadamente «O Plano Siderúrgico, o seu financiamento e a Balança de Pagamentos» e «A Siderurgia Nacional e a eventual adesão à CEE».

Mulheres de Aveiro Organizar e lutar

Apesar das quase duas semanas passadas, não queremos deixar de registar no «Avante!» a realização, no dia 29 de Novembro passado, do II Encontro de mulheres activistas sindicais do distrito de Aveiro. O Encontro, reflectindo alguns dos problemas de uma zona de grande importância económica e de percentagem já acentuada de integração de trabalho feminino, concluiu que «a situação das mulheres trabalhadoras no distrito não difere, no essencial, da situação das restantes mulheres trabalhadoras» no País.

Também ali, «é o aumento acentuado do custo de vida, a diminuição dos salários reais, o aumento do desemprego e da repressão patronal, as discriminações salariais e profissionais, o recurso abusivo à contratação a prazo, o não cumprimento dos contratos e acordos colectivos de trabalho» — tudo isso a caracterizar a actual situação social do distrito e afectando

mulheres trabalhadoras.

O Encontro procedeu ao levantamento de algumas situações mais escandalosas em que se destaca o caso de uma empresa da Cortegaça — a «Cortebel» — onde trabalham da parte da manhã treze crianças da escola local, onde é professora a mulher do dono da empresa, recebendo cada uma cinco escudos por cada par de pantufas que pinta.

Da análise e discussão que fizeram, concluíram as activistas sindicais reunidas em Aveiro que a sua luta se deve exercer em três direcções fundamentais: contra as discriminações no trabalho e pela defesa dos direitos da mulher trabalhadora-mãe, por melhores condições de trabalho e que protejam também essa sua condição, e por melhores condições de vida. Neste último aspecto avultam naturalmente além das medidas de protecção à maternidade e à infância, reivindicações nacio-

nais como sejam, a cabeça, o cabaz de compras que inclui os bens e serviços essenciais e a actualização do salário mínimo para 19 500\$00.

No sentido de reforçar a organização da frente sindical específica das mulheres, foi aprovado um plano de actividades para 1985 de que o comunicado saiu do Encontro destaca:

— criação e dinamização de comissões de mulheres nos

sindicatos dos metalúrgicos, corticeiros, têxteis, função pública e calçado;

— uma iniciativa pública a concretizar por altura do 8 de Março-85;

— realização do III Encontro de mulheres do distrito;

— participação activa do Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Aveiro na sensibilização das mulheres para a importância dos actos eleitorais de 1985.

Bolsas de estudo na URSS

Encontram-se já abertas as inscrições para bolsas de estudo na União Soviética com destino a cursos superiores ou cursos de pós-graduação.

Segundo uma nota da Associação de Amizade Portugal-URSS distribuída aos órgãos de informação o prazo para as inscrições encerra a 31 de Janeiro de 1985, devendo todos os candidatos interessados, para mais informações e conhecimento das condições, dirigir-se aos Conselhos Locais da respectiva área ou à sede nacional da Associação na Rua de São Caetano, n.º 30, 1200 Lisboa.

Internacional

O crime de Bhopal fruto da prática quotidiana das multinacionais

Mais de 2500 mortos, 200 mil pessoas afectadas (um quarto da população da cidade indiana de Bhopal) — é o dramático, e ainda provisório, balanço das consequências da fuga de gás tóxico de uma filial da empresa multinacional norte-americana «Union Carbide».

Entretanto, e apesar das dimensões actuais da tragédia, os factos estão ainda longe do seu desenvolvimento final. Segundo o chefe do departamento de toxicologia da Universidade de Gand e perito das Nações Unidas, em declarações ao jornal «Libre Belgique», «a devastação em Bhopal não está perto do fim», numerosas pessoas «atingidas vão sucumbir aos efeitos secundários pulmonares e neurológicos» e mais, «há a certeza de que as crianças em gestação vão nascer com enormes deformações».

Das razões da tragédia não podem restar dúvidas a ninguém. Já em 1981 e em 1982 se tinham registado fugas de gás, com consequências mortais. O advogado que vai representar as vítimas num processo que irá decorrer nos EUA declarou que a «Union Carbide» não tomou as mais elementares medidas de segurança, apesar de serem utilizados gases altamente tóxicos na produção. E a cadeia televisiva norte-americana «CBS» afirma, citando peritos dos EUA, que as multinacionais do seu país exportam para os países em vias de desenvolvimento tecnologias perigosas para a saúde.

Os factos são claros e inegáveis. E na verdade nada têm de original — destacando-se apenas pela dimensão da tragédia gerada e pelo seu público conhecimento. Inserem-se na lógica do primado do lucro e reflectem o imenso e discriminatório poder das multinacionais, como expressão máxima actual dos valores e da prática política do sistema capitalista.

As terríveis dimensões da tragédia de Bhopal, que justamente devem ser destacadas, não nos podem levar, entretanto, a ignorar uma outra dimensão do problema: que a política que leva a tais consequências é uma prática quotidiana. E

mais ainda: que paralelamente ao crime por negligência se perfila o crime conscientemente preparado, nos laboratórios do Pentágono, nas fábricas de armamento químico, igualmente disseminadas por esse mundo fora.

Lucro, e só lucro

Na década de 70, a relação entre lucros repatriados e o fluxo líquido de investimento directo em países do Terceiro Mundo, dá o resultado impressionante de 7 dólares por cada dólar investido. São estes os números que reflectem e determinam a lógica do imperialismo e das multinacionais. Por isso — não ignorando, paralelamente, o papel desempenhado pela indústria armamentista, que também leva a cabo as suas experiências... — temos factos que se sucedem no nosso dia-a-dia, desde o genocídio na Amazônia, à exportação de roupas e medicamentos que envolvem sérios perigos para a saúde, ou o crime da promoção do leite em pó para recém-nascidos, em termos de «concorrência» ao leite materno, que levaram à multiplicação de mortes entre crianças de peito nos países subdesenvolvidos. Ou para referirmos uma questão que nos

diz directamente respeito, os planos da CEE para transformar Portugal em fornecedor de pasta de papel, o que aliaria ao empobrecimento de terras pelo excesso de florestação de eucalipto o elevado carácter poluente de tal indústria.

São factos múltiplas vezes denunciados, nomeadamente em reuniões internacionais. E que respeitam à política do grande capital: de livre exploração de riquezas, terras e forças de trabalho, por todo o mundo, onde o acesso lhe seja possível.

Por exemplo, numa referência ao problema da industrialização em países subdesenvolvidos, os chefes de Estado ou governo reunidos em Havana, em 1979, por ocasião da VI Conferência Cimeira dos Países Não Alinhados, sublinharam que a reinstalação de indústrias «não deve ser utilizada como pretexto para obter acesso à força de trabalho abundante e barata dos países em vias de desenvolvimento, nem para a transferência de indústrias antiquadas ou contaminantes. A realocação deve ser levada a cabo em conformidade com os objectivos, as prioridades e as aspirações nacionais gerais dos países em vias de desenvolvimento e não deverá estar ligada à expansão das empresas multinacionais nos países em vias de desenvolvimento».

Esta política industrial, repete-se no que respeita à exploração das riquezas naturais, nomeadamente no plano agrícola. No livro de Fidel Castro, «A crise económica e social no mundo», salienta-se: «Os países desenvolvidos de economia de mercado são responsáveis numa parte importante pela degradação do ambiente. A contaminação da atmosfera, das águas terrestres e dos oceanos, as enormes quantidades de resíduos químicos e nucleares que se incorporam na atmosfera, vão para o solo, para a água e para o mar, são parte da permanente agressão ao meio ambiente nesses países. As empresas multinacionais, responsáveis pela exploração e esgotamento dos recursos minerais, florestais e agrícolas em numerosos países subdesenvolvidos, utilizam a prática de transferir para eles instalações industriais de alto índice de contaminação ambiental, geralmente de tecnologia atrasada e sem investimentos complementares que tratem dos seus resíduos tóxicos».

Não é por acaso que se registam monstruosos acidentes como o da cidade de Bhopal.



Há muitas maneiras de matar. A prática das multinacionais tem os seus frutos

Mas há ainda muitas outras formas de matar. Ou melhor dizendo, de amearhar dólares à custa da vida de muitos milhões de seres humanos.

Multinacionais — prática e poder

O envenenamento de milhares de pessoas por negligência criminosa é um facto particularmente chocante. Mas de forma alguma a única forma de matar em aras de maiores lucros. Toda a prática das multinacionais — como já foi exemplificada — vai nesse sentido.

São conhecidos os números alarmantes da fome: mais de 500 milhões de seres humanos passam fome no mundo. Só na América Latina (que não é a região do mundo subdesenvolvido em que o problema assume um carácter mais crítico) a fome é a causa directa ou o principal factor associado de 38% das mortes de crianças de menos de 1 ano de idade e de 70% das mortes de crianças entre 1 e 4 anos de idade. Segundo as previsões dos diversos organismos ligados à ONU, centenas de milhões de seres humanos no mundo subdesenvolvido morrerão de fome até ao ano dois mil.

Ora, esta realidade, intimamente ligada ao fosso que se aprofunda entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, prende-se directamente à política neocolonialista do imperialismo, à prática quotidiana das multinacionais.

Já se fez referência ao que se passa em termos de exploração de riquezas naturais e de uma certa forma de indus-

trialização dos países onde se implanta o capital internacional. O simples facto de ser possível retirar 7 dólares de cada dólar investido fala por si e define as dimensões não só da exploração como do domínio exercido sobre a economia dos países inteiros. Uma outra forma de exploração e domínio (sem nenhuma preocupação de esgotar ou sequer aflorar o conjunto do problema) é concretizada através do comércio. Citando um estudo de 1976 de um organismo internacional, a UNCTAD: «Actualmente, 15 empresas comerciais controlam 85% a 90% do comércio mundial do algodão. Este grau de controlo tem o seu paralelo nos mercados de muitos outros produtos primários, como sejam o mercado do tabaco em folha, em que uns 85% a 90% das permutas internacionais estão sob o controlo directo de seis empresas multinacionais; o da banana, cujo mercado mundial está controlado nuns 70% a uns 75% por três companhias, e o do cacau em que cinco empresas controlam mais de 75% do comércio mundial, para citar apenas quatro dos produtos básicos principais.»

A tragédia de Bhopal surge assim no seu real contexto: expoente dramático de uma realidade quotidiana, fruto da política corrente das multinacionais, do grande capital internacional, de que os principais responsáveis não estão simplesmente nos conselhos de administração da «Union Carbide» ou qualquer outra grande companhia norte-americana, mas também na Casa Branca, nos diversos governos do mundo capitalista desenvolvido.

GRANADA Uma farsa eleitoral à velha maneira dos EUA

Como já se esperava, os resultados da farsa eleitoral realizada no passado dia 3 em Granada foram acolhidos em Washington com manifestações de júbilo, como se a «vitória» do candidato preferido pelos norte-americanos fosse uma agradável surpresa. Como se na ilha ocupada militarmente há mais de um ano pelos EUA os cidadãos não tivessem feito mais do que esperar esse dia para dizer nas urnas como estavam felizes e contentes com o jugo norte-americano!

Ronald Reagan foi ao ponto de apontar Granada como exemplo do primeiro país a passar da «ditadura marxista-leninista» para a democracia. Curiosamente — e os teóricos da democracia à americana terão certamente aqui matéria para profunda reflexão — a primeira preocupação do novo primeiro-ministro, Herbert Blaize do dito Novo Partido Nacional, foi proclamar publicamente que pedira ao presidente Reagan a manutenção dos marines em Granada por tanto tempo, segundo afirmou, quanto for necessário para dotarmos o país de uma polícia e de uma força de segurança suficientemente eficiente.

Como exemplo de «democracia» não se podia exigir melhor!

Num dos mais pequenos países do mundo, invadido e ocupado por forças estrangeiras, com os principais dirigentes do partido do regime de posto — o Nova Jóia, de Maurice Bishop — encarcerados ou mortos, o primeiro-ministro que se apresenta como democrático eleito e disposto no Parlamento de 14 dos 15 lugares, necessita da presença de forças estrangeiras para levar a cabo a prioritária missão de criar uma «força de segurança eficaz!» Imagine-se o que não seria se a situação não fosse «retorno à democracia»...

A preocupação de Herbert Blaize (para além evidentemente de pagar a factura à política de Reagan que o elegeu) revela no entanto que os intensos esforços levados a cabo pelas autoridades norte-americanas desde a sua chegada a Granada não produziram os efeitos desejados junto da população. Esperava-se que, as-

sassinado Maurice Bishop, descredibilizados os membros do seu governo quer pelas suas próprias contradições quer pelas calúnias de que foram alvo, e submetidos os granadinos a intensa acção psicológica — dirigida pelos marines através da rádio, a imprensa reaccionária, as pinturas de paredes, a distribuição sistemática de panfletos lançados de helicópteros, etc. — esperava-se, di-

contra a presença norte-americana na ilha, que assinalou a passagem do primeiro aniversário da intervenção armada dos EUA em Granada, mostra bem que o espírito de resistência continua vivo.

E que outra coisa seria de esperar se, já sem falar do sentimento de independência nacional tão brutalmente ferido, a ocupação liquidou todas as conquistas populares alcançadas em quatro anos e meio de governo revolucionário?

A própria imprensa capitalista o reconhece. Como é Granada depois de um ano de ocupação? — interrogava o semanário da RFA, «Der Spiegel», para em seguida responder: **A vida em Granada está a afundar-se na paralisia. Cancelou-se o programa go-**



ziamos, que seria fácil arregimentar a população de Granada para um apoio, ainda que passivo, ao novo regime a impor.

A experiência demonstrou que não se apaga tão facilmente da memória de um povo os benefícios conquistados com a democracia, sobretudo quando já se viveu, como os granadinos, sob o jugo colonial (britânico) e sob a feroz repressão elevada a política de Estado, como foram os longos anos de governo de Eric Gairy.

Sob o jugo do imperialismo norte-americano, o povo de Granada continua a resistir e a lutar contra a ocupação e pelo efectivo regresso à democracia. A manifestação de protesto

vernamental de liquidação do analfabetismo e o sistema de saúde pública está paralisado. O desemprego massivo reina na ilha — uma terça parte dos cidadãos está desempregada.

Também o diário francês «Le Monde» reconhece que Granada parece desintegrar-se e que atravessa uma séria crise económica.

Não será o governo fantoche de Blaize que modificará esta situação. As próprias agências noticiosas ocidentais o apresentam como estando ligado à oligarquia local e aos grandes proprietários de plantações, para além de ser, evidentemente, um «simpatizante» dos marines dos EUA.

Laos — nove anos de revolução

Criar um Estado agro-pecuário e industrial desenvolvido segundo um sistema de transformação não-capitalista é o objectivo que se propõe a República Democrática Popular do Laos, passados que são nove anos da sua proclamação.

O nono aniversário, que está a ser comemorado sob o lema «Produção e Defesa», constitui na verdade mais do que uma simples efeméride. Combater o atraso económico e cultural provocado por séculos de colonialismo e de exploração, enfrentando ao mesmo tempo as repetidas hostilidades chinesas perpetradas através de bando armados de fantoches, não tem sido tarefa fácil, apesar dos enormes progressos alcançados.

Empenhando todos os recursos disponíveis, o poder democrático do Laos está a levar a cabo o seu primeiro plano quinquenal, iniciado em 1981. Combater o analfabetismo, prosseguir a cooperativização da agricultura e melhorar as condições de vida de todo o povo, são os principais objectivos, conquistada que foi a auto-suficiência alimentar em 1981, com o aumento da produção de arroz e da produção de carne.

A implementação do serviço de saúde pública e de ensino gratuitos, bem como os esforços para o desenvolvimento técnico e científico indispensável para vencer o atraso herdado, exigem os maiores investimentos, que os contínuos ataques à soberania do Laos têm em certa medida limitado. A ocupação pela Tailândia, em meados deste ano, de parte do território laociano, é bem o testemunho das dificuldades que a República Democrática Popular do Laos tem de enfrentar desde que o povo tomou nas próprias mãos o seu destino e se propôs levar a cabo uma política anti-imperialista, não-alinhada e de justiça social.



A situação intolerável que se vive em Timor-Leste justifica o empenhamento das forças progressistas de todo o mundo

Nove anos de resistência em Timor-Leste

Também o povo de Timor-Leste assinala este mês a passagem de um aniversário, o nono, mas bem diferente: em 1 de Dezembro de 1975, milhares de soldados da Indonésia invadiram Timor, iniciando uma sangrenta ocupação que parece ter como único objectivo o genocídio do povo maubere.

A resistência armada ao invasor, que continua nove anos depois, é um libelo acusatório contra as autoridades de Djakarta por um lado, e contra os sucessivos governos portugueses que, continuando embora o Estado português responsável pelo destino de Timor, pouco ou nada têm feito para uma justa e pacífica resolução do problema.

A luta do povo maubere pelo seu direito à auto-determinação e independência, que a Constituição Portuguesa consagra, é o melhor testemunho de que a invasão indonésia não só não é aceite como é vivamente repudiada. Os milhares de mortos e a dramática situação que se vive em Timor — denunciada pelas mais diversas organizações internacionais — exigem da parte portuguesa um real empenhamento na procura de soluções para o conflito. Soluções que passam pela participação dos representantes do povo maubere, designadamente a Fretilin e outras organizações, nos acordos a conseguir no âmbito da ONU, onde a questão de Timor-Leste continua em debate, e onde no próxima dia 17 decorrerão novas negociações entre delegações do governo português e da Indonésia.

Angola e Moçambique Terrorismo, arma da África do Sul

Os bandos terroristas assassinam em Moçambique — cooperantes da RDA e trabalhadores moçambicanos. Prosseguem assim os esforços de desestabilização económica e política. Esforços que se repetem em Angola. O cérebro é o mesmo, os apoios também. Ainda recentemente, em Bissau, no seminário internacional sobre Amílcar Cabral, o camarada Lúcio Lara, membro do Bureau Político do MPLA — Partido do Trabalho, comparava a acção da Unita em Angola e da Renamo em Moçambique, afirmando haver bastantes semelhanças entre os dois movimentos e que «o cérebro e os apoios externos são os mesmos».

O cérebro, os apoios, os objectivos políticos de que são instrumento, como a tática actual utilizada por quem os comanda. Porque os factos indicam que, pressionada pela própria realidade política internacional e pelos resultados desfavoráveis da guerra-fria-declarada contra Angola, a África do Sul joga hoje num plano diferente do da agressão directa.

Citando assim recentes declarações do dirigente angolano Lúcio Lara: «é através da acção da Unita, que se intensificou após os acordos de Lusaka, que o regime racista sul-africano tem atacado Angola».

E os factos interligam-se, porque filhos de uma mesma política. Referindo-se às exigências da África do Sul (e dos Estados Unidos) no sentido de

uma saída das forças internacionalistas cubanas de Angola, o presidente José Eduardo dos Santos afirmou, num comício em Namibe, capital da província de Moçambiques: «Dizem eles que não podem iniciar a aplicação da Resolução 435 (sobre a Namíbia) sem que os internacionalistas cubanos saiam primeiro de Angola. Evidentemente que isto não passa de uma desculpa. Porquê? Porque os sul-africanos querem continuar a dar armas à Unita, querem continuar a treinar bandidos, porque pensam que a Unita vai destruir a revolução angolana, vai destruir o nosso governo para instalar em Angola um governo de amigos da África do Sul. É essa a razão porque fazem manobras. A utilização dessa desculpa serve apenas para atrasar a independência da Namíbia e tentar fortalecer a Unita para destruir a nossa revolução.»

A tática da África do Sul está à vista. Entretanto, Pretória defronta crescentes dificuldades. Na própria acção contra os povos de Angola e Moçambique. Na Namíbia, onde é obrigada a manter mais de cem mil soldados para 1 milhão de habitantes. No território da África do Sul, com o crescente movimento popular sobre o qual se abateu a mais brutal repressão. E agora também com o crescimento do movimento anti-apartheid nos Estados Unidos, aliado decisivo, movimento que tem expressão até ao nível de órgãos dirigentes, o que não pode deixar de ser significativo.

Enquanto, o Governo português, totalmente ligado aos interesses do imperialismo, vai apostando numa política de real apoio aos bandos terroristas e às posições do regime de apartheid.

Aniversário do MPLA

O MPLA-PT comemorou, dia 10, o 28.º aniversário da sua criação como movimento de libertação nacional, posteriormente transformado em Partido dos trabalhadores.

O aniversário foi assinalado em Lisboa, por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola, em sessão comemorativa realizada na sede da Associação, e que contou com a presença do seu dirigente, Daniel de Matos, e de um representante do embaixador de Angola em Lisboa, incluindo também uma parte cultural.

ETIÓPIA Da fome à calúnia

Estamos perante «uma situação inadmissível quando, num mundo que está em condições de abastecer toda a população em produtos alimentares, a fome, a subnutrição, continuam a ser a sina de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento».

São palavras de Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, no Dia Mundial da Alimentação. E que só por si constituem uma denúncia do carácter da campanha desencadeada contra a Etiópia atingida pela fome, única e simplesmente porque a Etiópia, que chegou à revolução como um dos mais atrasados e pobres países do mundo, optou por uma via de desenvolvimento socialista.

Os factos testemunham, à saciedade, que a fome não é um problema «natural», que associaria a fatalidade das secas à fatalidade dos mortos, numa condenação cíclica.

Basta referir alguns elementos.

• As previsões para o ano 2000 são de um défice de cereais em zonas como a África sub-sariana e o sul da Ásia, da ordem dos 24 000 milhões de dólares. Entretanto, nos países desenvolvidos (nesses mesmos em que se fala de excedentes de leite, como é o caso conhecido da CEE), o excedente — relativo — é de 32 000 milhões de dólares.

• Uma das zonas do mundo mais afectadas pela fome é o continente africano. Calcula-se que tão grave problema atinge 150 milhões de pessoas no continente. Entretanto, a África é dos continentes mais ricos, desde recursos agro-pecuários a hídricos, passando pelas imensas riquezas do seu subsolo.

• Uma mancha de países atingidos pelos graves problemas do subdesenvolvimento coincide inteiramente com a zona das ex-colónias — hoje vítimas de uma política neocolonialista.

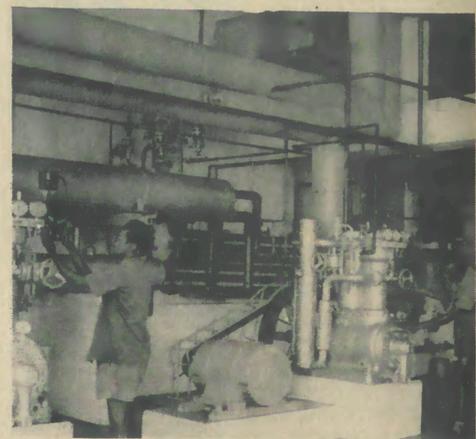
• Expressões dessa política são a dívida de quase 900 mil milhões de dólares dos Estados subdesenvolvidos, que põe

em xeque qualquer possível política de desenvolvimento ou, para citarmos outro exemplo, a utilização de mais de 25% das terras férteis para a monocultura de produtos destinados aos países capitalistas industrializados.

• Este ano as despesas militares — determinadas pela corrida aos armamentos promovida pelos Estados Unidos e a

xílio surgidas face à gravidade dos problemas actuais fazem por si.

De um lado o auxílio ocidental, em muitos casos as sacas de alimentos, temperadas de calúnias e acompanhadas de esforços baldados de ingerência na vida interna do povo etíope. De outro o auxílio da comunidade socialista, em particular da URSS: viveres, medi-



O desenvolvimento é a resposta aos problemas actuais

NATO — deverão atingir um bilião de dólares. De acordo com elementos da FAO, para combater a fome, de maneira eficaz, à escala de todo o planeta, seriam suficientes 40 ou 50 mil milhões de dólares.

No caso concreto da Etiópia a gravíssima situação de hoje é fruto de uma secular organização feudal da sociedade, associada, neste século, à exploração imperialista. Uma realidade histórica cujas consequências ainda não foram superadas. Mas medidas concretas de desenvolvimento — em paralelo ao socorro às vítimas — permitirão que no futuro se construa uma realidade diferente.

Entretanto, as formas de auxí-

limentos, aviões e helicópteros de transporte, camiões e máquinas perturbadoras de povos artesanais, a evacuação de dezenas de milhares de habitantes (75% das operações de transporte de socorros e de transferência de populações foi realizada por veículos fornecidos pela URSS).

E sobretudo uma outra forma de auxílio real, impensável em termos de capitalismo — a ajuda ao desenvolvimento económico futuro — base da aproximação de níveis de desenvolvimento. O oposto do fosso que reconhecidamente se alargou entre os países capitalistas desenvolvidos e os países vítimas dos seus auxílios e cooperação...